



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLA NATÁLIA CHIBOLA KAYEMBE

**O PAPEL DA DIPLOMACIA MUDIÁTICA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DO GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

CARLA NATALIA CHIBOLA KAYEMBE

**O PAPEL DA DIPLOMACIA MUDIÁTICA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DO GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Relações Internacionais, do
Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para a
obtenção do Título de Bacharelado.

Orientador: Profa. Dr. Cíntia Regina Campos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

K32p

Kayembe, Carla Natália Chibola.

O papel da diplomacia midiática na cooperação internacional do governo de José Eduardo dos Santos / Carla Natália Chibola Kayembe. - 2025.

61 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Diplomacia midiática. 2. Democracia - Angola. 3. Liberdade de imprensa.
I. Angola - Política e governo - 2012-2017. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.209673

CARLA NATALIA CHIBOLA KAYEMBE

**O PAPEL DA DIPLOMACIA MUDIÁTICA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DO GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Relações Internacionais, do
Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharelado.

Aprovada em: 02/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof. Dr. Marcio André de Oliveira dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

AGRADECIMENTOS

Em primazia estendo o meu profundo agradecimento ao meu altíssimo e grandioso Deus pelo seu incomensurável amor por mim, pela vida, e pela sabedoria que me tem acrescentado.

Agradeço à minha orientadora Cinthia Campos, pelo excelente trabalho de me orientar, que foi difícil, mas graças a qualidade dela enquanto profissional essa pesquisa ganhou forma. E por ser não só uma excelente professora mas também por possuir um carisma contagiante.

Aos meus deuses da Terra minha mãe Helena Punga Chibola por me educar e por todos os banhos que ela me dava para ir a escola e a todos os puxões de orelha e orações que funcionaram, e fizeram de mim uma jovem acadêmica. E ao meu pai José Kayembe por me ensinar que estudar é o caminho certo e por sempre me ajudar financeiramente em prol da minha formação.

Agradeço aos meus irmãos Graciete Kayembe, Teresa Kayembe e Francisco Kayembe, pelo apoio e verdadeiro sentido de irmandade que me dão força todos os dias em busca do melhor para nós.

Gratidão ao Tio Benjamim pelos cuidados paternais na minha infância, a minha avó Madó que a conheci em poucos anos, e que em pouco tempo me deu um amor muito rico, de todas avós, és a minha única avó.

Ao professor Deolindo de Barros e Bas'ilele Malomalo que com muita intelectualidade contribuíram para o crescimento intelectual e sócio-ideológico enquanto uma mulher negra e preta da África.

Gratidão aos meus Amigos Felecina Budula, Emilia Domingos, Marcela Perove, Kuteta Quimuanga. Luiz Conte, Sukama Sarmiento, Fadário Calembela, Triphene Kondi, Kambulo Mika, Sakaneno Paulo, Crispal Quiquelo, Virgulino Miranda e Ussumane Embalo. Pela amizade, amor, apoio e carinho que me concederam ao longo da minha trajetória nessa universidade, sempre pude contar com o vosso companheirismo.

A UNILAB carregarei uma gratidão por toda vida, por ser essa instituição milionária em cultura, alegrias, em conhecimento e em valores morais e cívicos. Me enxergo como uma pérola porque sou fruto do projeto pedagógico dessa instituição.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação acadêmica e humana, do fundo do meu coração, eterna gratidão!

RESUMO

Com o avanço do estudo das Relações Internacionais a diplomacia tem ganhado outras ramificações, além da diplomacia tradicional. Neste estudo propõe-se analisar o papel da diplomacia midiática no governo de José Eduardo dos Santos, destacando suas estratégias, impactos e implicações na política externa e interna de Angola. Internamente, o sistema midiático no período de 2012 a 2017 era majoritariamente público, já a imprensa privada apresentava fortes dificuldades para operar, nisto, o sistema político definiu o sistema midiático. Pois, apesar da constituição conceder a liberdade de imprensa e de expressão, a democracia ainda é um grande desafio em Angola. O país procurou afirmar sua projeção nacional e principalmente internacional, especificamente por meio de veículos estatais, privados e parcerias com imprensa estrangeiras. Observou-se em primeiro lugar o sistema político interno que nos leva às condicionalidades de democracia, para que no final compreenda-se como se manifestou a prática da diplomacia midiática em Angola nessa época. Constata-se a relevância da mídia como um novo ator das relações internacionais. Com isso fez-se uma curta comparação do período antecessor, na gestão do mesmo partido e presidente, e o período sucessor na gestão do mesmo partido mas com um novo presidente, assim obteve-se os resultados desta pesquisa.

Palavras-chave: diplomacia midiática; democracia – Angola; liberdade de imprensa; Angola - política e governo - 2012-2017.

ABSTRACT

With the advancement of the study of International Relations, diplomacy has gained other ramifications, beyond traditional diplomacy. This study proposes to analyze the role of media diplomacy in the government of José Eduardo dos Santos, highlighting its strategies, impacts, and implications for Angola's foreign and domestic policy. Internally, the media system in the period from 2012 to 2017 was predominantly public, while the private press faced significant difficulties in operating; thus, the political system defined the media system. For, despite the constitution granting freedom of the press and expression, democracy remains a major challenge in Angola. The country sought to assert its national and, especially, international projection, specifically through state-owned and private media outlets and partnerships with foreign press. First, the internal political system was observed, leading to the conditions of democracy, so that ultimately we could understand how the practice of media diplomacy manifested itself in Angola during that period. The relevance of the media as a new actor in international relations was noted. A brief comparison was then made between the preceding period, under the same party and president, and the subsequent period, also under the same party but with a new president, thus yielding the results of this research.

Keyword: media diplomacy; democracy – Angola; freedom of the press; Angola - politics and government - 2012-2017.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAPÍTULO I - CONTEXTO POLÍTICO E DIPLOMÁTICO ANGOLANO SOB GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS	12
2.1	ESTRUTURA DO SISTEMA POLÍTICO ANGOLANO	12
2.2	A DIPLOMACIA ANGOLANA	18
3	CAPÍTULO II - NEGOCIAÇÃO INTERNA E EXTERNA E O FUNDAMENTO DA DEMOCRACIA	24
3.1	O CONCEITO DE DIPLOMACIA MIDIÁTICA NO PENSAMENTO DE EYTAN GILBOA	24
3.2	A DIPLOMACIA MIDIÁTICA NA TEORIA DE PUTNAM JOGOS DE DOIS NÍVEIS	26
3.3	A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER JOSEPH NYE	28
3.4	A IMPRENSA EM REGIMES DEMOCRÁTICOS	29
4	CAPÍTULO III - IMPRENSA EM ANGOLA NO GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS	33
4.1	A IMPRENSA PRIVADA E A AUTOCENSURA COMO ESTRATÉGIAS DE CONTROLE	36
4.2	A IMPRENSA COMO APARELHO IDEOLÓGICO E O CONCEITO DE HEGEMONIA E A PERSPECTIVA INTERNACIONAL	38
4.3	DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA EM ANGOLA	41
4.4	DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEOS DA LIBERDADE DE IMPRENSA PARA O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO	44
4.5	MÍDIAS ESTRANGEIRAS E OS ACORDOS DE DIVULGAÇÃO À ANGOLA	48
4.6	IMPACTOS E RESULTADOS DA DIPLOMACIA MIDIÁTICA EM ANGOLA	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia em discurso intitulada "O papel da diplomacia midiática no governo de José Eduardo dos Santos no período de 2012 a 2017, sob o tema a diplomacia midiática em Angola. Este, com foco em analisar o papel da diplomacia midiática no governo de José Eduardo dos Santos, destacando suas estratégias, impactos e implicações na política externa e interna de Angola. Bem como identificar as principais estratégias midiáticas utilizadas pelo governo para moldar sua imagem a nível nacional e internacional. A referente pesquisa parte do pressuposto de que com o paradigma da globalização e a disseminação de tecnologias de informação, a diplomacia tradicional vem a coexistir em forma de diplomacia pública, podendo ser cultural e midiática, sendo a imprensa uma ferramenta central neste estudo. Com isso, o estudo busca examinar o conceito de diplomacia midiática e sua aplicação no contexto angolano no referido governo, como também investigar o papel dos meios de comunicação estatais e privados na promoção da narrativa oficial do governo.

Segundo a ideia de Gilboa, a diplomacia define-se no estratégico uso dos meios de comunicação nacional, especialmente internacional, pelo Estado ou atores diplomáticos com o intuito de influenciar a opinião pública estrangeira, moldar narrativas global, e promover o interesse nacional no cenário internacional. Trata-se de uma ação que visibiliza os elementos de diplomacia pública, da comunicação internacional e da construção da imagem em que a gestão simbólica e o controle da informação tornam-se instrumento central de poder. Neste contexto, a diplomacia midiática pode ser entendida como uma ferramenta de Soft Power quanto um Jogo De Dois Níveis, ou seja, uma forma de disputar a hegemonia narrativa. Ela é caracterizada por práticas como entrevistas de líderes em veículos internacionais, campanha de imagem promovida pelos governos, uso de redes sociais por diplomatas, além da manipulação da imprensa ou aproveitamento de eventos midiáticos globais.

Para compreensão de como foi realizada a diplomacia midiática em Angola no Período de 2012-2017, é essencial trazer um mapeamento de como era a questão da democracia, o regime político, a liberdade de imprensa, a política externa do país, e só depois conseguimos entender o impacto deste fenômeno usado como ferramenta de política externa pelo presidente José Eduardo Dos Santos.

É fulcral, é imprescindível o estudo da diplomacia midiática, pois este campo tem se destacado como um elemento fundamental no campo das relações internacionais contemporâneas. A diplomacia midiática, tem influenciado as percepções do Estado e com isso tem impactado as cooperações internacionais e diplomacia de política externa de um país para

outro. No caso de Angola, com o último mandato de José Dos Santos, que foi decisivo para deixar um possível « legado de excelência». A mídia foi um veículo eficiente para moldar a imagem do país, do presidente e do partido, nacional e internacionalmente. Conquistando assim diversas parcerias externas. A pesquisa no ponto de vista social, permitirá avaliar como os veículos de comunicação construíram de forma promotora as relações externas deste governo. Além disso, o estudo contribui de forma abrangente na análise da democracia no período 2012-17, da liberdade de imprensa em Angola, e seus impactos no desenvolvimento nacional.

Academicamente essa pesquisa demonstra a importância contextual do estudo da diplomacia midiática angolana, não só pelo fato de que a diplomacia midiática é pouco estudada e abordada, mas pelo fato de não haver nenhuma pesquisa anterior a essa que estuda a diplomacia midiática angolana. No entanto, pretende contribuir para o estudo das relações internacionais e da comunicação social, pois a diplomacia midiática traz um conhecimento interdisciplinar entre esses dois campos de estudo. por isso, nesta pesquisa utilizar-se-á a teoria dos Jogos de dois níveis de Putnam para justificar a imprensa como um tabuleiro do nível nacional e que há uma interligação entre o doméstico e o internacional no exercício do processo decisório da política externa. Em acompanhamento a teoria de Soft Power de (Nye, 2004), justificar a imprensa angolana e internacional como um meio de influência e de transformação de narrativas.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de compreender o fenômeno pouco estudado da diplomacia midiática. A escolha pelo método qualitativo justifica-se pela necessidade de analisar fenômenos sociais complexos que envolvem comunicação e diplomacia, os quais não podem ser reduzidos a dados quantificáveis. Está constituída por fonte documental e bibliográfica, tais como: discursos oficiais, entrevistas, pronunciamentos governamentais, artigos acadêmicos, livros, teses, dissertações, monografias, reportagens, além de registros audiovisuais de eventos diplomáticos, com ênfase na atuação do governo angolano entre os anos de 2012-2017. A interseção entre fontes acadêmicas e midiáticas permitirá a triangulação dos dados, fundamental na pesquisa qualitativa para garantir a consistência e a profundidade da análise.

A seleção dos documentos seguirá critérios de relevância temática, autenticidade e representatividade, priorizando fontes que evidenciem estratégias comunicacionais empregadas para projetar a imagem do país no cenário internacional. A investigação busca compreender como o governo de Dos Santos se utilizou da mídia, tanto nacional quanto estrangeira como instrumento de política externa e construção de soft power. Assim, não se pretende medir a eficácia dessa diplomacia, mas sim interpretar as intenções, estratégias simbólicas e efeitos

percebidos em termos de imagem e relações internacionais. Por fim, a análise será guiada pelo rigor exploratório, pelo contexto histórico-político de Angola, respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica e a valorização das narrativas locais.

Durante o regime de José Dos Santos, Angola experimentou uma governança autoritária. Nesse cenário, os meios de comunicação estatais funcionavam como instrumentos de propaganda governamental, enquanto a mídia Privada enfrentava grandes obstáculos para operar. A repressão à imprensa, os processos judiciais contra jornalistas críticos foram práticas recorrentes, limitando o pluralismo informativo e o debate público. Diante disso, em que medida a imprensa impactou a cooperação internacional do governo de José E. Santos?

Em diante abordar-se-á no I capítulo o sistema político e diplomacia angolana, no II capítulo a teoria dos Jogos de dois níveis e a de Soft Power, já no III capítulo a imprensa em Angola, democracia, acordos de divulgação com mídias estrangeiras, liberdade de imprensa e diplomacia midiática em Angola.

2 CAPÍTULO I - CONTEXTO POLÍTICO E DIPLOMÁTICO ANGOLANO SOB GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

2.1 ESTRUTURA DO SISTEMA POLÍTICO ANGOLANO

O sistema político da República de Angola é definido pela Constituição de 2010 que institui um regime presidencialista de base multipartidária. O país adota a forma de Estado unitário, fundado nos princípios do Estado democrático de direito, da soberania popular e da separação de poderes (Angola, 2010). Entretanto, a prática política demonstra uma forte centralização do poder executivo, o que faz do sistema angolano um presidencialismo com traços de hiperconcentração de autoridade.

De acordo o artigo 108.º da Constituição, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe do Governo e Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas, sendo responsável pela condução da política interna e externa, pela nomeação dos ministros e pela promulgação das leis. O Presidente é eleito de forma indireta, pois assume o cargo de cabeça de lista do partido ou coligação mais votada nas eleições legislativas (Angola, 2010). Referido sistema, segundo Messiant (2008), essa configuração reforça a hegemonia do MPLA e limita a alternância de poder, comprometendo a efetividade do pluralismo político.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, composta por 220 deputados eleitos por sufrágio universal e direto. Apesar de suas competências constitucionais como, aprovar leis e fiscalizar o Executivo, diversos autores destacam a fragilidade institucional do Parlamento diante do poder presidencial (Hodges, 2004). Já o Poder Judicial é formalmente independente, mas enfrenta desafios relacionados à autonomia financeira e à politização das nomeações (Chabal, 2016).

Entre 2012 e 2017, Angola vivenciou um período de transição política marcado por eleições gerais e mudanças na liderança do país, embora sob o contínuo domínio do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Nas eleições de 2012, teve-se o último mandato liderado por José Eduardo dos Santos, que em 2017 após 38 anos de gestão do país, sucedeu a João Lourenço na presidência. Durante esse intervalo, Angola experimentou uma estabilidade política relativa, mas enfrentou críticas quanto à transparência eleitoral e à concentração de poder. A transição de liderança em 2017 foi vista como uma oportunidade para reformas e maior abertura política.

Olhando para o cenário político de Angola, Hodges (2004), o modelo angolano apresenta uma forte personalização do poder, sustentada por redes político-econômicas ligadas ao partido governante, o que dificulta o fortalecimento das instituições democráticas. Embora o país adote formalmente o princípio da separação de poderes, a prática política revela uma fusão entre partido e Estado, herança do período de economia centralizada e do regime de partido único.

A relação entre imprensa e política externa tem sido objeto de crescente interesse no campo das Relações Internacionais, especialmente no que tange à influência que a cobertura midiática exerce sobre a imagem internacional de regimes autoritários. Em contextos onde o controle da informação é central para a manutenção do poder político, a imprensa, seja ela nacional ou internacional, pode desempenhar um papel ambíguo: tanto como ferramenta de propaganda quanto como mecanismo de denúncia.

O regime de José Eduardo dos Santos (2012–2017) segundo fontes noticiosas, caracteriza-se por uma governança autoritária¹, onde a centralização do poder político, o controle sobre a economia e a restrição sistemática às liberdades civis e políticas foram marcantes. Ao mesmo tempo, esse governo buscou, ao longo de suas quase quatro décadas, uma inserção internacional ativa, estabelecendo relações estratégicas com diversos países, como China, Rússia, Portugal, Brasil e membros da União Europeia. Nesse processo, a imagem internacional de Angola e de seu governo teve papel central, sendo moldada tanto pela diplomacia oficial quanto pela cobertura da imprensa estrangeira e pelas reações da sociedade civil internacional².

A hipótese que norteia esta pesquisa é a de que a imprensa, embora fortemente controlada no plano interno, teve papel relevante ao influenciar, direta ou indiretamente, a percepção externa do regime e, conseqüentemente, o nível e o tipo de cooperação internacional estabelecida com Angola. Essa influência se manifesta de forma mais evidente nas relações com países democráticos e instituições internacionais que condicionam seus vínculos a critérios de boa governança, transparência e respeito aos direitos humanos.

Daniel e Mancini (2012, p. 22) sublinham que não é possível compreender os mídias noticiosos sem entender a natureza do Estado, o sistema dos partidos políticos, o padrão das

¹ Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2017/country-chapters/angola#5b498e>. Acesso em: 3 dez. 2025.

² Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/domingos-da-cruz-imprensa-p%C3%BAblica-angolana-n%C3%A3o-%C3%A9-digna-desse-nome/a-36107016>. Acesso em: 13 nov. 2025.

relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil, entre outros elementos da estrutura social:

“Em muitos casos pode ser razoável que se assumam que o sistema dos media reflete em especial outros aspetos da estrutura social, o sistema de partidos por exemplo. Mas boas provas de que as instituições de media têm um impacto próprio noutras estruturas sociais” (Daniel; Mancini, 2012, p. 22)

Quadro 1 – Sistema mediático angolano

MEIO DE INFORMAÇÃO	MEIO DE INFORMAÇÃO	ANO DA FUNDAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
JORNAL DE ANGOLA	ESTATAL	1975	Opera
AGÊNCIA ANGOLA PRESS (ANGOP)	ESTATAL	1975	Opera
RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA (RNA)	ESTATAL	1977	Opera
RÁDIO 5	ESTATAL	1995	Opera
RÁDIO N'GOLA YETU	ESTATAL	1998	Opera
RÁDIO CULTURA	ESTATAL	2022	Opera
RÁDIO BENGUELA	ESTATAL	1975	Opera
TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA (TPA)	ESTATAL	1975	Opera
TV ZIMBO	MISTO PRIVADO/PÚBLICO	2008	Tornou-se ESTATAL desde 2020
JORNAL OPAÍS	MISTO PRIVADO/PÚBLICO	2008	Tornou-se ESTATAL desde 2020
RÁDIO MAIS	MISTO PRIVADO/PÚBLICO	2008	Tornou-se ESTATAL desde 2020
ANGONOTICIAS	PRIVADO	2011	Opera
SEMANÁRIO NOVO JORNAL	PRIVADO	2008	OPERA
SEMANÁRIO EXPANSÃO	PRIVADO	2009	OPERA
MAKA ANGOLA/ SITE	PRIVADO	2011	OPERA

CLUBE K	PRIVADO	2000	OPERA
RÁDIO ECCLESIA (EMISSORA CATÓLICA DE ANGOLA)	PRIVADO	FUNDADA EM 1955, ENCERRADA EM 1977 E REABERTA EM 1997	OPERA
LUANDA ANTENA COMERCIAL (LAC)	PRIVADO	1992	OPERA
RÁDIO DESPERTAR	PRIVADO	1997/ COMEÇOU A EMITIR APENAS EM 2006	OPERA

Fonte: Sebastião (2024).

Literatura recente aponta que mesmo regimes autoritários, que buscam controlar a imprensa e restringir a liberdade de expressão, são vulneráveis à pressão internacional oriunda da exposição negativa na mídia global. Para Baum e Potter (2008), a mídia cumpre função de intermediação entre governos e públicos domésticos e externos, afetando a formulação de políticas e a reputação internacional dos Estados. A chamada “teoria do público atento” sustenta que regimes autoritários precisam, em alguma medida, legitimar-se perante audiências externas, especialmente quando dependem de cooperação internacional em áreas como comércio, finanças e assistência ao desenvolvimento.

Nesse sentido, os regimes desenvolvem estratégias para moldar sua imagem externa por meio da diplomacia pública e da manipulação da imprensa estatal. Kriskovic (2015) argumenta que governos autoritários buscam controlar narrativas internacionais através de campanhas de relações públicas, cooptação de mídias estrangeiras ou criminalização de vozes críticas.

No caso angolano, verifica-se um elo entre a imprensa e o governo autoritário do regime de Dos Santos. A maioria dos meios de comunicação de grande alcance, como a TPA (Televisão Pública de Angola), o Jornal de Angola e a Rádio Nacional de Angola – eram estatais ou fortemente alinhados ao partido no poder, o MPLA. Como destaca Santos (2011), o governo estruturou um sistema de comunicação que servia prioritariamente para a promoção de suas políticas, a personalização do poder e a neutralização de críticas internas.

Ao mesmo tempo, quando denúncias de corrupção e violações de direitos humanos em Angola ganhavam repercussão na mídia internacional, como nos casos envolvendo a repressão a jornalistas, a falta de transparência da petrolífera estatal Sonangol ou os processos contra ativistas, havia repercussões negativas em relação à cooperação com países democráticos.

Segundo Pereira (2016), houve episódios em que relatórios de ONGs, repercutidos por grandes veículos como BBC, The Guardian e Le Monde, influenciaram decisões de instituições europeias e doadores internacionais, impondo condicionantes a investimentos e empréstimos.

A estrutura repressiva sobre a imprensa em Angola durante o governo de dos Santos é amplamente documentada por organizações internacionais. De acordo com a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2017), Angola ocupava, no final do mandato de dos Santos, a 125ª posição de 180 países no ranking global de liberdade de imprensa. Os principais problemas identificados incluíam censura direta, autocensura induzida, perseguição judicial a jornalistas críticos, controle estatal de licenças de rádio e televisão e concentração da propriedade dos meios de comunicação em elites ligadas ao regime.

Complementarmente, os dados da Freedom House (2017) classificam Angola como um país “não livre”, com pontuação de 28/100 em seu índice de liberdades políticas e civis. Especificamente, o país obteve 9/40 em liberdades civis, indicando um ambiente altamente restritivo para o funcionamento de uma imprensa independente, bem como para outras formas de participação cívica. Esse ambiente autoritário limitou a capacidade da imprensa nacional de investigar e denunciar irregularidades do regime. Dessa forma, a atuação da imprensa internacional, muitas vezes baseada em dados e investigações conduzidas por jornalistas no exílio, foi fundamental para trazer à tona escândalos que tiveram impactos nas relações exteriores do país.

Um exemplo paradigmático é o trabalho de Rafael Marques de Morais, jornalista investigativo angolano que, por meio do portal Maka Angola, produziu uma série de reportagens sobre corrupção, abuso de poder e violações de direitos humanos envolvendo membros da elite angolana. Sua obra mais conhecida, *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola* (Marques, 2011), teve repercussão internacional e motivou reações de governos europeus e organizações multilaterais.

Segundo Lima (2019), a cobertura da imprensa internacional sobre a repressão ao trabalho de Rafael Marques contribuiu para a revisão de políticas de cooperação entre Angola e alguns países da União Europeia, especialmente no que tange ao financiamento de projetos em áreas de governança. A visibilidade internacional dos abusos enfraqueceu os argumentos de estabilidade institucional frequentemente promovidos pelo regime, e exigiu que o governo angolano respondesse por meio de diplomacia reativa e tentativas de controle da narrativa internacional.

A literatura comparada fornece suporte adicional à hipótese de que a imprensa pode afetar a cooperação internacional em regimes autoritários. Levitsky e Way (2010) argumentam

que regimes autoritários competitivos, que dependem de relações com democracias liberais, são especialmente sensíveis à pressão internacional baseada em reputação. A publicação de escândalos em veículos de prestígio global pode mobilizar audiências estrangeiras, influenciar parlamentos e afetar a disposição de governos em manter laços com regimes considerados opacos ou repressivos.

Casos como o do Uzbequistão sob Islam Karimov, ou da Etiópia sob Meles Zenawi, ilustram como denúncias sistemáticas veiculadas por imprensa internacional e ONGs levaram à suspensão de financiamentos e à imposição de sanções temporárias por parte de países da União Europeia e de agências multilaterais. Em todos esses casos, conforme apontam Diamond (2008) e Carothers (2013), a atuação da imprensa e da sociedade civil internacional funcionou como mecanismo de accountability transnacional.

Já em Angola, a parceria com a China foi uma exceção, pois a política externa chinesa não estabelece condicionalidades baseadas em critérios democráticos. Como aponta Rocha (2014), a cooperação Angola-China baseou-se em um modelo de “recursos por infraestrutura”, sem exigências relativas à transparência ou à liberdade de expressão. Todavia, relações com o Ocidente – especialmente no contexto da crise econômica pós-2014, que exigiu apoio do FMI e de instituições financeiras ocidentais – mostraram-se mais sensíveis à percepção internacional sobre a governança do regime.

Ferreira (2018) argumenta que, entre 2012 e 2017, as pressões de organizações internacionais e as denúncias veiculadas na mídia impactaram a forma como a União Europeia conduziu sua relação com Angola, impondo maior rigor na avaliação de projetos de cooperação, especialmente os financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Um caso que evidencia a manipulação da imprensa pelo governo foi o caso GRECIMA que envolveu Manuel Rabelais, ex-ministro da Comunicação Social de Angola e antigo diretor do extinto Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA). Entre 2016 e 2017, Rabelais e o seu assistente Hilário Gaspar dos Santos foram acusados de peculato continuado, violação das normas de execução orçamental e branqueamento de capitais. O Ministério Público alegou que os réus desviaram mais de 117 milhões de dólares para benefício próprio. O esquema consistia na aquisição de divisas junto do Banco Nacional de Angola (BNA), que eram posteriormente canalizadas para contas do GRECIMA em bancos comerciais. Essas divisas eram então trocadas por kwanzas com empresas e indivíduos, transformando o GRECIMA numa espécie de "casa de câmbio".

Durante o julgamento, a defesa alegou que Rabelais agiu sob orientação do então Presidente José Eduardo dos Santos. No entanto, o Ministério Público refutou essa afirmação,

apresentando uma carta de José Eduardo dos Santos ao Tribunal Supremo, na qual ele negava conhecimento das operações do GRECIMA, indicando que estas eram supervisionadas pelo chefe da Casa de Segurança da Presidência da República. Este caso destacou-se por envolver altas figuras do governo angolano e por evidenciar práticas de corrupção e má gestão de fundos públicos, refletindo os desafios enfrentados por Angola na luta contra a corrupção. O Grecima, criado por José Dos Santos em 2012, era o responsável pelo Marketing e propaganda do governo e foi extinto em 2017.

Embora operando sob severas restrições internas, a imprensa – sobretudo a internacional – desempenhou papel relevante ao afetar a imagem internacional do governo de José Eduardo dos Santos e, por conseguinte, influenciar aspectos da cooperação internacional com Angola. As denúncias veiculadas por jornalistas independentes e repercutidas em veículos estrangeiros funcionaram como catalisadores de pressões externas por maior transparência, condicionalidade na ajuda internacional e maior atenção aos direitos humanos.

Com base em evidências empíricas e na literatura especializada, pode-se afirmar que a imprensa é um ator transnacional com capacidade de interferir em processos de política externa, especialmente quando os regimes dependem de legitimidade internacional para garantir fluxos de financiamento, investimentos e parcerias estratégicas. Em Angola, a atuação da imprensa se revelou um componente importante na dinâmica de inserção internacional de um regime autoritário, cujas fragilidades institucionais foram, em parte, expostas ao mundo graças à ação formativa e investigativa de jornalistas comprometidos com a verdade.

2.2 A DIPLOMACIA ANGOLANA

No contexto da competição ideológica durante a Guerra Fria, a diplomacia angolana esteve fortemente vinculada à lógica da bipolaridade mundial. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), então no poder, estabeleceu alianças estratégicas com a União Soviética e Cuba, obtendo apoio político e militar fulcral para sua sobrevivência frente à UNITA, apoiada pelos Estados Unidos e pela África do Sul do regime do apartheid. Segundo Messiant (2008), a diplomacia angolana, nesse período, operava sob uma perspectiva de alinhamento ideológico, mas também de pragmatismo tático, pois buscava garantir o reconhecimento internacional do governo de Luanda e assegurar apoio material para a manutenção da soberania.

Com o fim da Guerra Fria e o avanço do processo de paz, a diplomacia angolana passou por um processo de reorientação. A assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1991, e o

subsequente encerramento formal da guerra civil em 2002 abriram caminho para uma política externa. Para Neto (2016), esse período marca a transição de uma diplomacia de resistência para uma diplomacia de desenvolvimento, caracterizada pelo fortalecimento das relações com parceiros estratégicos na África, Europa e Ásia.

Assim, pós Independência e Guerra Civil a diplomacia do país foi moldada por imperativos de sobrevivência nacional, e a busca por reconhecimento internacional e legitimidade. Desde então, a diplomacia Angolana tem se transformado, acompanhando as transições políticas internas e as dinâmicas regionais e globais. Defende Cardoso (2013), a política externa angolana deve ser compreendida como uma extensão das estratégias de consolidação do Estado e da afirmação soberana do país no sistema internacional. Angola passou a adotar uma postura de maior pragmatismo, diversificando suas negociações e buscando atrair investimentos estrangeiros, especialmente no setor petrolífero e de infraestrutura.

Durante o governo de José Eduardo dos Santos (1979–2017), a diplomacia angolana consolidou-se como instrumento de projeção de poder e influência regional. O país assumiu um papel relevante na mediação de conflitos africanos, destacando-se na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (UA). Como observa Malaquias (2007), Angola buscou exercer uma diplomacia ativa voltada para a estabilidade regional, projetando-se como uma potência emergente no continente. Essa postura ficou evidente na participação do país em missões de paz e nos esforços de integração econômica regional.

O mandato de José Eduardo dos Santos entre 2008 e 2012, marcou uma fase de consolidação da presença internacional de Angola e de intensificação de sua diplomacia econômica e regional. Após décadas de guerra civil, o país vivia um período de estabilidade política e crescimento econômico sustentado pela exploração petrolífera. Nesse contexto, a política externa tornou-se um instrumento essencial de projeção de poder, de diversificação de parcerias e de fortalecimento da imagem de Angola como potência emergente no continente africano. Conforme observa Cardoso (2013, p. 87), “a diplomacia angolana nesse período foi caracterizada pela tentativa de transformar o capital político e econômico acumulado em influência regional e prestígio internacional”.

Segundo Neto (2016, p. 54), Angola passou a adotar uma política externa de abertura seletiva, priorizando alianças com países africanos e asiáticos que compartilhassem uma visão de soberania e desenvolvimento autônomo. Durante o mandato de 2008 a 2012, José Eduardo dos Santos apostou em uma diplomacia pragmática, orientada por três eixos principais: o

fortalecimento das relações Sul-Sul, a consolidação da liderança regional e a internacionalização da economia angolana. Essa estratégia visou reposicionar Angola no cenário pós-guerra e reduzir sua dependência de parceiros tradicionais como Portugal e os Estados Unidos. Esse movimento resultou na intensificação das relações com a China, a Índia e o Brasil, países que se tornaram importantes investidores e parceiros comerciais de Angola.

A relação com a China foi um dos pilares da diplomacia angolana nesse período. O chamado “modelo angolano”, que vinculava empréstimos chineses a projetos de infraestrutura pagos com petróleo, tornou-se uma referência para outras economias africanas. De acordo com Alves (2010, p. 122), “a parceria sino-angolana representou um novo paradigma de cooperação Sul-Sul, pautado na troca de recursos energéticos por investimentos estruturais, sem as condicionantes políticas impostas pelas instituições ocidentais”. Tal aproximação consolidou a influência de Angola como um dos principais interlocutores africanos de Pequim e permitiu ao país reconstruir parte significativa de sua infraestrutura nacional.

No plano regional, Angola buscou reforçar sua presença política e militar, especialmente na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (UA). O governo de José Eduardo dos Santos projetou-se como mediador em conflitos e promotor da estabilidade, sobretudo nas crises da República Democrática do Congo e da Guiné-Bissau. Conforme argumenta Malaquias (2007, p. 98), “a diplomacia angolana combina elementos de realismo estratégico e solidariedade africana, utilizando o poder militar e econômico como instrumentos de estabilidade regional”. Essa postura buscava afirmar Angola como potência regional capaz de influenciar decisões continentais, ao mesmo tempo em que reforçava sua segurança fronteiriça e o prestígio do regime no plano internacional.

Assim, essa política externa assertiva também foi objeto de críticas. A excessiva centralização da diplomacia na figura presidencial e o uso do poder econômico para fins de influência política levantaram questionamentos sobre o caráter personalista e pouco institucional da diplomacia angolana. Como destaca Messiant (2008, p. 211), “a política externa de Angola reflete uma continuidade entre o poder doméstico e a ação internacional do regime, onde o Estado e o partido se confundem como expressões de um mesmo projeto político”. Essa sobreposição contribuiu para uma diplomacia marcada por forte pragmatismo e por uma busca de legitimidade internacional que reforçasse a autoridade do governo internamente.

Para Vieira (2019, p. 64), a diplomacia angolana do período 2008–2012 combinou sucesso estratégico com limitações estruturais, evidenciando o desafio de transformar poder econômico em influência sustentável. Angola apresentava-se como uma potência regional consolidada e uma das economias mais dinâmicas da África subsaariana. No entanto, persistiam

dilemas estruturais: a dependência das exportações de petróleo, a fragilidade institucional e a concentração do poder diplomático em torno do Executivo.

No último mandato de José Eduardo dos Santos (2012–2017) caracterizou-se por um esforço contínuo na reafirmação da posição de Angola como potência regional no continente africano e por uma reorientação gradual de sua política externa em direção ao pragmatismo econômico ou que combinava a busca pela estabilidade interna. Nesse período, a diplomacia angolana esteve fortemente vinculada aos interesses estratégicos do Estado e ao papel de Angola como mediadora e promotora de segurança regional (Cardoso, 2013).

O contexto internacional da década de 2010, marcado pela crise do preço do petróleo e pela desaceleração das economias emergentes, impôs novos desafios à política externa angolana. A queda abrupta do preço do barril de petróleo, a partir de 2014, afetou profundamente a economia nacional, que dependia fortemente desse recurso. Nesse cenário, a diplomacia de José Eduardo dos Santos assumiu um caráter mais econômico, buscando atrair investimentos estrangeiros diretos e diversificar as parcerias internacionais. Como observa Neto (2016), a diplomacia angolana “passou a privilegiar o reforço da cooperação com parceiros estratégicos na África, Europa e Ásia, adotando uma postura de flexibilidade pragmática em relação aos interesses econômicos e políticos”.

Angola também intensificou sua presença em organismos multilaterais e regionais, consolidando-se como ator importante na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana (UA). Segundo Malaquias (2007), esse ativismo diplomático refletia o desejo do governo angolano de projetar poder e liderança, utilizando os recursos acumulados durante o boom petrolífero da década anterior como instrumento de influência regional.

No plano africano, a diplomacia angolana de 2012 a 2017 manteve uma orientação baseada na estabilidade e na soberania estatal. Angola priorizou relações com países da África Austral e Central, fortalecendo alianças com Moçambique, Namíbia, Congo e África do Sul. Essa postura se alinhava à doutrina de política externa desenvolvida desde a década de 1990, fundamentada na defesa da não ingerência e na valorização da cooperação Sul-Sul. Como destaca Vieira (2019), a diplomacia angolana nesse período buscou afirmar o país como uma potência regional responsável, capaz de contribuir para a paz e a integração africana, sem abrir mão de seus interesses nacionais.

Contudo, essa diplomacia não esteve isenta de críticas. Internamente, a concentração de poder e o controle político do sistema diplomático por parte do MPLA e do próprio presidente limitaram a transparência e a institucionalização das relações exteriores.

Internacionalmente, alguns analistas apontaram que a política externa de Santos carecia de mecanismos efetivos de soft power, baseando-se sobretudo na capacidade econômica e na influência militar do país (Messiant, 2008). Com a crise econômica de 2014–2016, tornou-se evidente que o modelo de diplomacia de poder econômico, sustentado pela renda petrolífera, possuía limites estruturais.

Nesse contexto, o governo iniciou, ainda no final do mandato, uma tentativa de reorientação diplomática e econômica, aproximando-se de parceiros não tradicionais e buscando redefinir a imagem internacional de Angola. Para Alves (2020), essa fase final da diplomacia de Santos representou “um período de transição, no qual o país procurou reposicionar-se num ambiente internacional em mudança, preparando o terreno para a nova orientação de João Lourenço baseada na diplomacia econômica e na luta contra a corrupção”.

Já com a ascensão de João Manuel Gonçalves Lourenço à presidência da República de Angola, em setembro de 2017, representou não apenas uma transição política após quase quatro décadas de governo de José Eduardo dos Santos, mas também um reposicionamento estratégico da política externa angolana. A diplomacia sob a liderança de Lourenço insere-se em um contexto de renovação interna e de busca por credibilidade internacional. Nesse sentido, a atuação diplomática de Angola passou a priorizar a diversificação econômica, a atração de investimento estrangeiro direto e o fortalecimento das relações multilaterais, com o objetivo de sustentar o processo de reformas políticas e econômicas conduzido pelo novo governo (Alves, 2020).

A principal característica da diplomacia angolana na era Lourenço é a ênfase na diplomacia econômica, uma estratégia voltada para a inserção competitiva de Angola na economia global. Segundo Lima (2021), a diplomacia econômica do país tem buscado redefinir sua imagem internacional, anteriormente associada à corrupção e à concentração de poder, promovendo uma política externa mais transparente e voltada à cooperação bilateral e multilateral. Lourenço enfatizou, em diversos discursos, a necessidade de abrir Angola ao mundo, estimulando o comércio, a industrialização e a diversificação produtiva, num movimento que rompe gradualmente com a dependência estrutural do petróleo.

A partir dessa orientação, a diplomacia angolana tem intensificado parcerias com organismos multilaterais e potências emergentes. Contudo, diferentemente da postura de alinhamento quase automático do passado, Lourenço adota uma estratégia de equilíbrio e pragmatismo, priorizando interesses nacionais sobre afinidades ideológicas. Para Chabal (2019), a política externa angolana sob Lourenço demonstra um deslocamento de uma

diplomacia de prestígio, centrada na projeção simbólica do Estado para uma diplomacia de resultados, pautada em metas econômicas, estabilidade e integração africana.

Outro elemento central na diplomacia de Lourenço é o combate à corrupção, apresentado como vetor de legitimação interna e externa. O discurso anticorrupção serviu não apenas para diferenciar o novo governo do legado de José Eduardo dos Santos, mas também para restabelecer a confiança internacional e criar condições para a reestruturação da economia nacional. Conforme explica Neto (2021), essa dimensão ética da diplomacia angolana tem sido utilizada como mecanismo de “soft power”, reforçando a imagem de um Estado comprometido com a boa governança e com padrões internacionais de transparência e eficiência administrativa.

Além disso, a diplomacia de Lourenço tem procurado ampliar o engajamento de Angola em fóruns internacionais, com destaque para as Nações Unidas, o Fórum China-África (FOCAC) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Essa presença ativa reforça o papel do país como ator relevante nas discussões sobre energia, desenvolvimento sustentável e integração africana. Para Fonseca (2023), a política externa angolana no governo Lourenço combina o pragmatismo econômico com uma retórica de solidariedade africana, buscando equilibrar a soberania nacional e a cooperação internacional como eixos complementares.

Entretanto, persistem desafios importantes. A dependência das exportações petrolíferas, as desigualdades internas e as limitações institucionais ainda restringem a plena efetividade da diplomacia econômica. O país necessita consolidar sua capacidade de diversificar as exportações e fortalecer suas instituições diplomáticas, tornando-as mais técnicas e menos dependentes de dinâmicas partidárias. Como observa Santos (2022), a consolidação da diplomacia angolana exige continuidade, estabilidade e uma maior coerência entre política externa e política interna.

3 CAPÍTULO II - NEGOCIAÇÃO INTERNA E EXTERNA E O FUNDAMENTO DA DEMOCRACIA

3.1 O CONCEITO DE DIPLOMACIA MIDIÁTICA NO PENSAMENTO DE EYTAN GILBOA

Como professor de Ciência Política da Universidade de Harvard, o autor foi um dos primeiros a estudar de forma sistêmica a diplomacia midiática (*Media Diplomacy*) e pode assim ser considerado o pai desse campo de estudo. E Como resultado da revolução da informação do século XX, a diplomacia tradicional, fechada, voltada para um trabalho entre diplomatas e governo, com negociações completamente desconhecidas do público, deu lugar a uma nova forma de diplomacia – a diplomacia na era da mídia, e constitui um exercício diplomático baseado no conhecimento das massas Gilboa (2002). Gilboa, entende que num mundo globalizado a mídia deixou de ser apenas uma ferramenta de informação e passou a ser um ator preponderante nos processos diplomáticos.

No seu trabalho intitulado “Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects”(2001), Gilboa propõe três modelos analíticos conceituais que promovem um estudo sistemático da mídia como o principal instrumento da política externa. Esses três modelos são: o da diplomacia pública (public diplomacy), o da diplomacia na mídia (media diplomacy) e o da diplomacia feita pela mídia (Media-Broker Diplomacy).

Ele ressalta que cada um destes modelos analíticos propostos só é apropriado para análise quando certas características ou condições estão presentes, e cada um tem diferentes ramificações profissionais e éticas para os três principais atores envolvidos na diplomacia: governo, mídia e a opinião pública.

No modelo de Gilboa, os governos são os produtores de mensagens diplomáticas através da mídia. Eles usam os meios comunicacionais para divulgar posições oficiais, moldar a opinião pública internacional, justificar ações de política externa e exercer influência sobre governos estrangeiros. Na diplomacia midiática, os líderes estatais atuam estrategicamente para controlar a narrativa e garantir legitimidade. A mídia, especialmente a imprensa internacional, é responsável por transmitir, interpretar e enquadrar as mensagens diplomáticas, a mídia não apenas reflete a diplomacia, mas influencia de forma ativa selecionando o que divulgar, como divulgar, e quais vozes amplificar. Destaca que o público não é passivo, mas sim um ator ativo, capaz de reagir, pressionar líderes políticos e interferir nos assuntos da política externa por meio da opinião pública.

A ideia central da Diplomacia Pública “é uma comunicação direta com os povos estrangeiros, com o objetivo de afetar o seu pensamento e, em última instância, de seus governos” (Gilboa, 2001, p. 6). A comunicação em massa, entretanto, é apenas um dos canais da diplomacia pública. Esta pode ser realizada pela própria população através de intercâmbios culturais, científicos, acadêmicos, artísticos etc.

A diplomacia pública serve, entre outras coisas, para cultivar “imagens favoráveis no exterior” (Gilboa, 2001, p. 6). Segundo Frederick (1993 *apud* Valente, 2007) para que o trabalho da diplomacia pública seja bem feito, é necessário ter conhecimento prévio de como o público estrangeiro pensa e ter a capacidade de agir dentro de seu campo cultural, sempre com o objetivo final de influenciar o governo de seu país, principal e final alvo das ações. Nas últimas três décadas, contudo, o surgimento de novos atores não estatais e a interdependência entre estes e os Estados ofereceu uma definição mais ampla do que venha a ser diplomacia pública. Segundo Signitzer e Coombs (*apud* Gilboa, 2001, p. 8), “passou a ser a maneira como indivíduos do governo ou privados influenciam direta ou indiretamente as atitudes e opiniões públicas que afetam as decisões de política externa de outros Estados”.

A Diplomacia na Mídia é um dos recursos contemporâneos menos estudados e mais importantes dentro da área temática da comunicação diplomática, e seu conceito é bastante confundido com o conceito de diplomacia pública. Valente (2007, p. 95), fazendo referência a Gilboa, diferencia Diplomacia Pública e Diplomacia na Mídia: na Diplomacia Pública, a arma principal é a propaganda; na Diplomacia na Mídia, o meio de comunicação não é um transmissor de propaganda, e sim um meio de negociação. Na maioria dos casos, a primeira antecede a segunda, preparando o público envolvido na questão para a negociação do impasse e de suas consequências.

Gilboa explica que os dois conceitos apresentam duas formas diferentes de atuação. Na Diplomacia Pública, os lados empenhados estão em confronto e há uma preocupação na formação da imagem e da propaganda política. Já na Diplomacia na Mídia, tem-se a utilização dos meios de comunicação estabelecendo a ponte entre Estados e atores não estatais para construir confiança e avançar nas negociações, mobilizando o apoio público para acordos. A Diplomacia na Mídia é conseguida através de diversas atividades, como conferências, entrevistas, cobertura de visita de Chefe de Estado a determinado país e a presença de mediadores internacionais.

O terceiro e último modelo proposto por Gilboa (2001) entende a mídia não apenas como um instrumento de que o Estado se utiliza para alcançar seus interesses, mas como um

ator nas Relações Internacionais, enxergando os meios de comunicação e os jornalistas como o quarto poder (Paillet, 1986), atuando nas negociações internacionais.

Para Gilboa, este terceiro modelo de Diplomacia Midiática é aquele em que os jornalistas e a mídia atuarão como mediadores de conflitos internacionais na fase de pré-negociação. Nessa fase, é importante obter informações sobre o Estado opositor, pois far-se-á uma análise das vantagens e desvantagens de um processo de negociação, e os meios de comunicação atuam exatamente como aquele instrumento que levará as mensagens de um lado para o outro.

Segundo Gilboa (2001), o modelo de Diplomacia feita pela Mídia possui quatro efeitos diferentes: iniciativa, motivação, ações e consequências. Iniciativa e motivação, de acordo com Valente (2007), referem-se às posições de quem inicia esse processo: se são os jornalistas agindo independentemente, ou motivados por ideologias de agentes de política externa ou outras partes interessadas. Ações se referem às formas como os jornalistas promovem essa interferência diplomática, e consequências são os efeitos produzidos pela ação no cenário internacional.

3.2 A DIPLOMACIA MIDIÁTICA NA TEORIA DE PUTNAM JOGOS DE DOIS NÍVEIS

Segundo Putnam, diferente das teorias estado cêntricas, a teoria de Dois níveis traz uma abordagem que reconhece que os tomadores de decisão lutam constantemente e simultaneamente para conciliar os imperativos domésticos e internacionais. A política doméstica e as relações internacionais estão sempre entrelaçadas de alguma forma e nossas teorias ainda não desvendaram esse quebra-cabeça. É infrutífero debater se a política doméstica realmente determina as relações internacionais ou se é o inverso. A resposta para essa questão é clara: “Algumas vezes uma influencia a outra”. As perguntas mais interessantes são: “quando influencia?” e “como influencia?” (Putnam, 1988, p. 147).

Neste caso a teoria dos jogos de dois níveis, desenvolvida por Robert Putnam (1988), oferece uma estrutura analítica robusta para compreender a inter-relação entre as dinâmicas da política doméstica e os processos de negociação internacional. Segundo Putnam, os líderes políticos atuam simultaneamente em dois tabuleiros: o doméstico e o internacional. No nível internacional, os negociadores buscam alcançar acordos que maximizem os interesses nacionais frente a outros Estados. No nível doméstico, esses mesmos líderes precisam assegurar que os acordos sejam ratificados por suas bases políticas internas, tais como parlamentos, partidos ou

opinião pública. Assim, “a política internacional e a doméstica estão intrinsecamente interligadas” (Putnam, 1988, p. 434).

No primeiro nível, os negociadores do governo angolano buscavam acordos com outros Estados e organismos internacionais. A diplomacia midiática foi uma ferramenta crucial para moldar a imagem externa de Angola como país estável e atrativo a investimentos. O uso estratégico da mídia internacional serviu para criar um ambiente favorável à aceitação de acordos, influenciando percepções e reduzindo resistências de parceiros externos.

No segundo nível, o governo precisava “ratificar” os acordos internacionais com apoio político e popular. A diplomacia midiática atuava aqui como mecanismo de legitimação, promovendo uma narrativa de progresso, soberania e liderança regional, a fim de garantir o apoio de elites políticas e da sociedade civil. Assim, a mídia não apenas divulgava acordos, mas os interpretava sob uma ótica de benefício nacional.

Essa abordagem é particularmente útil para analisar o papel da diplomacia midiática na cooperação internacional do governo de José Eduardo dos Santos no período de 2012 a 2017. Nesse contexto, a mídia opera como um agente influente no tabuleiro doméstico, moldando percepções, legitimando estratégias diplomáticas e facilitando a aceitação de acordos internacionais por parte da sociedade e elites políticas. A diplomacia midiática pode, portanto, ser interpretada como uma ferramenta de articulação entre os dois níveis descritos por Putnam, ampliando a “janela de aceitabilidade” (win-set) para acordos internacionais.

No caso angolano, compreender como a narrativa oficial foi projetada por meios de comunicação nacionais e internacionais revela o esforço do regime em legitimar suas ações externas e consolidar alianças estratégicas, especialmente em temas como segurança regional, investimento estrangeiro e cooperação Sul-Sul. A teoria de Putnam, ao destacar a interdependência entre os contextos doméstico e internacional, oferece uma lente eficaz para investigar a diplomacia midiática, que no contexto angolano, estudos apontam o forte envolvimento do governo na imprensa. Em Angola, a comunicação social tem sido tratada como propriedade do poder político. Serve à manutenção do regime e à legitimação de uma ordem social e política construída sobre o medo e a dependência (Cruz, 2012, p. 92).

Segundo Graham Allison em *Essence of Decision* (1971), o autor apresenta três modelos para analisar decisões de política externa, sendo o “Modelo de Política Burocrática” um dos mais influentes. Esse modelo rompe com a visão de que o Estado age como um ator unitário e racional, mostrando que as decisões são resultado de barganhas e negociações entre diferentes atores e instituições do aparelho estatal. Em que ministros, assessores, forças armadas

e burocracias têm interesses próprios, disputam recursos e influência, e acabam moldando a política externa de acordo com suas preferências e posições de poder.

Como afirma o autor, “where you stand depends on where you sit” (Allison, 1971, p. 176), ou seja, a posição de cada ator depende do cargo que ocupa na estrutura burocrática. Assim, a decisão final não é simplesmente a melhor solução racional, mas o produto de um processo político interno, muitas vezes marcado por compromissos e resultados subótimos. Este evidencia que a política externa não pode ser entendida apenas olhando para o cenário internacional: é preciso analisar também as influências internas, os jogos de poder e os processos burocráticos que influenciam o resultado final.

A política externa deixou de ser um campo exclusivo de diplomatas e governos e passou a envolver múltiplos atores com pressões internas e externas, sendo hoje um processo cada vez mais complexo, permeado por partidos políticos, parlamentos, grupos de interesse, ONGs, mídia e opinião pública. Hill observa que a distinção entre o “interno” e o “externo” está se tornando menos nítida, pois problemas globais como, comércio, meio ambiente, migrações e segurança, exigem soluções que envolvem simultaneamente atores domésticos e internacionais. Como ele afirma, a política externa deixou de ser monopólio de poucos e se tornou uma questão de interesse público.

O autor também ressalta que o aumento da interdependência global coloca desafios para a coerência da ação externa dos Estados, que precisam responder a pressões domésticas sem comprometer sua credibilidade internacional. Assim, a política externa contemporânea deve ser entendida como um campo dinâmico, onde decisões são resultado de negociações, disputas políticas internas e condicionantes do sistema internacional, em um contexto de crescente transparência e escrutínio público (Hill, 2003).

3.3 A MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER JOSEPH NYE

O conceito de *Soft Power*, elaborado por Joseph Nye, refere-se à capacidade, especialmente, dos Estados de influenciar os comportamentos e preferências de outros por meios não coercitivos, como cultura, valores políticos e políticas externas legitimadas (Nye, 2004). O *Soft Power* depende da habilidade de moldar o que os outros querem, não por imposição, mas por atração. A imprensa, por sua vez, contribui diretamente para essa atração, ao selecionar, enquadrar e interpretar eventos globais de maneira que reforce a imagem e os valores de determinada nação (Nye, 2004).

Nesse contexto, a mídia, particularmente a imprensa, exerce um papel estratégico na consolidação e difusão desse poder sutil, funcionando como veículo privilegiado para a construção de narrativas, formação de opinião pública e legitimação de interesses geopolíticos. A mídia ocidental, especialmente, tem sido historicamente utilizada como ferramenta de influência internacional, reforçando valores como democracia, liberdade de expressão e economia de mercado. O jornalismo internacional, ao destacar crises humanitárias, promover certos líderes políticos e silenciar conflitos menos convenientes, opera como um mediador simbólico de poder (Thompson, 1995).

Além disso, a imprensa integra o que Nye chama de “recursos de soft power”, pois pode construir uma imagem atrativa de um país, influenciando elites estrangeiras e audiências internacionais (Nye, 2011). No cenário contemporâneo, em que a informação circula em velocidade e escala globais, a imprensa tradicional e os meios digitais constituem arenas de disputa simbólica entre potências.

A diplomacia midiática, inserida no escopo do *soft power*, é entendida como a utilização dos meios de comunicação como ferramenta de política externa, visando moldar percepções internacionais e facilitar a cooperação política, econômica e cultural entre os Estados (Snow, 2009).

Durante este período, Angola buscou fortalecer sua presença na arena internacional por meio da promoção de uma narrativa de estabilidade, crescimento econômico e liderança regional, especialmente em fóruns multilaterais e nos países africanos de língua portuguesa. A análise da diplomacia midiática em Angola está diretamente ligada à lógica do *soft power*, que, segundo Nye (2008), depende da credibilidade das fontes e da capacidade de comunicação eficaz. Portanto, a teoria do *soft power* fornece as bases para entender como a diplomacia midiática serviu como ferramenta de influência e cooperação internacional no governo de José Eduardo dos Santos.

Assim, ao atuar como produtora e difusora de significados, a mídia não apenas comunica fatos, mas fabricam consensos, tornando-se um instrumento fundamental do *Soft Power*, tal como formulado por Nye.

3.4 A IMPRENSA EM REGIMES DEMOCRÁTICOS

Bobbio desenvolve uma análise profunda sobre a democracia, concebendo-a não apenas como um ideal moral ou abstrato, mas como um conjunto de regras, instituições e procedimentos que estruturam a vida política e asseguram direitos aos cidadãos. A democracia

é caracterizada essencialmente pela presença de mecanismos que permitem a participação efetiva da população, a limitação do poder estatal e a alternância política, garantindo, assim, pluralismo e competição entre diferentes forças políticas (Bobbio, 1987).

Em sua reflexão distingue a democracia formal e a democracia substantiva.

A democracia formal refere-se à existência de procedimentos legais e institucionais, como eleições periódicas, liberdade de associação e existência de partidos políticos. Já a democracia substantiva exige que esses procedimentos se traduzam em participação real, assegurando aos cidadãos direitos civis e políticos efetivos, garantindo, portanto, que todos possam influenciar as decisões públicas e fiscalizar o exercício do poder (Bobbio, 1989). Segundo o autor, a consolidação de uma democracia depende da efetividade desses direitos, não bastando apenas a existência formal das instituições.

O autor também chama atenção para os paradoxos e tensões que atravessam qualquer regime democrático. Entre eles estão o conflito entre a vontade da maioria e os direitos das minorias, a tensão entre liberdade e igualdade, e o desafio de equilibrar a autoridade do Estado com a necessidade de limitar seu poder. A legitimidade da democracia, para Bobbio, depende de sua capacidade de conciliar esses elementos, permitindo que a competição política não se transforme em dominação e que a liberdade individual seja preservada, mesmo diante das decisões da maioria (Bobbio, 1995).

Além disso, entende a democracia como um processo contínuo e em constante construção. Ela exige vigilância permanente, debate público amplo, instituições sólidas e respeito às regras do jogo político. É um regime que não se sustenta sozinho; depende da participação ativa dos cidadãos e do equilíbrio entre direitos, deveres e instituições (Bobbio, 1997). Nesse sentido, a democracia funciona tanto como um método de governo quanto como um sistema de garantias, garantindo liberdade, justiça e participação política efetiva.

Robert Dahl, defende que a democracia moderna deve ser entendida como “poliarquia”, ou seja, um sistema em que o poder é distribuído entre vários centros de decisão, permitindo ampla participação e competição política. Para ele, não basta que um país tenha eleições; é necessário garantir um conjunto de instituições e direitos que viabilizem a participação efetiva dos cidadãos e o controle do governo.

O autor identifica critérios para que um regime seja considerado democrático, como: participação efetiva de todos os cidadãos nos processos de decisão, igualdade de voto, acesso à informação alternativa e livre, autonomia para formar preferências políticas e controle da agenda governamental pela sociedade. Ele também reconhece que a democracia é um ideal difícil de alcançar plenamente, mas que pode ser continuamente aperfeiçoado por meio de

instituições que assegurem direitos civis, liberdade de expressão, pluralidade de partidos e mecanismos de responsabilização dos governantes. Destacando que a democracia é, ao mesmo tempo, um sistema de governo e um processo dinâmico, no qual a sociedade deve estar constantemente vigilante para evitar retrocessos.

A presença da imprensa na democracia é uma das condições do regime livre, ou seja, fora da democracia, não há verdadeira imprensa, e sem liberdade de imprensa, não há verdadeira democracia (Pereira, 1961). A imprensa, enquanto meio de difusão de informação e espaço de debate público, é um dos pilares fundamentais dos regimes democráticos.

A sua relevância pode ser compreendida a partir de três dimensões principais: a função informativa, a função fiscalizadora e a função formadora da opinião pública. Em primeiro lugar, a função informativa da imprensa é essencial para que os cidadãos tenham acesso a dados e narrativas que lhes permitam compreender a realidade política, económica e social. A democracia assenta na participação consciente dos cidadãos, e essa participação só é possível quando existe informação plural, acessível e transparente.

Em segundo lugar, a imprensa exerce uma função fiscalizadora sobre os poderes instituídos. Ao denunciar abusos, irregularidades ou atos de corrupção, os meios de comunicação atuam como um “quarto poder”, equilibrando a ação do executivo, legislativo e judiciário. Esta função é muito mais relevante em sociedades onde o risco de concentração de poder ameaça a pluralidade democrática. A imprensa contribui para a formação da opinião pública. Os debates, análises e interpretações mediáticas moldam a compreensão coletiva dos problemas sociais e políticos. Num regime democrático, o confronto de ideias é condição necessária para a deliberação pública e para a legitimidade das decisões políticas.

No entanto, importa reconhecer os desafios contemporâneos: a concentração midiática, a influência económica sobre os conteúdos jornalísticos, a propagação de desinformação e as novas dinâmicas trazidas pelas redes sociais. Se, por um lado, estas ampliam o acesso à informação e democratizar a comunicação, por outro lado colocam em causa a credibilidade jornalística e favorecem a circulação de discursos polarizados. Assim, a imprensa nos regimes democráticos deve ser constantemente defendida como um espaço plural, independente e responsável. Só dessa forma pode cumprir o seu papel de garantir que a democracia seja não apenas um sistema político, mas também um processo vivo de participação cidadã (Pereira, 1961).

Está a imprensa, sempre sujeita a contrafações: nas ditaduras ela é apenas o jornal único, refletindo o partido único, partido do governo, a propaganda oficial, o messianismo político, o mito dos homens providenciais, insubstituíveis. Nas democracias, quando

imaturas como a nossa, corre o risco de ser o extravasamento do individualismo, do sensacionalismo, da crítica fácil e personalista, do farisaísmo, do falso catonismo, da maquiavélica austeridade, com que se barateia a reputação e se ofende a honra para, no final das contas, vender o jornal pelo ouro da vilania (Pereira, 1961).

Para Bobbio, a democracia não é um estado estático, mas um processo dinâmico e em evolução. Sua análise permite compreender que, mais do que eleições ou formalidades institucionais, a democracia consiste em assegurar que todos os cidadãos tenham voz, possam exercer seus direitos, contestar decisões e participar da vida pública de forma significativa. Essa perspectiva torna a obra de Bobbio essencial para a compreensão contemporânea da teoria democrática, ao articular procedimentos, direitos e valores de forma coerente e prática.

4 CAPÍTULO III - IMPRENSA EM ANGOLA NO GOVERNO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

A trajetória da imprensa em Angola durante o governo de José Eduardo dos Santos (2012–2017) constitui um campo de observação privilegiado para compreender as dinâmicas de poder, as limitações democráticas e o funcionamento do Estado autoritário travestido de democracia liberal. A forma como a comunicação social foi instrumentalizada durante esse período revela as tensões entre o discurso constitucional e a prática política, o que confirma a advertência de Bobbio (1998, p. 324): a democracia formal pode subsistir mesmo onde faltem as condições materiais que a tornem efetiva.

Em Angola, embora a Constituição proclama a liberdade de imprensa e a pluralidade política, o sistema midiático caracterizou-se por uma assimetria estrutural entre os meios públicos e privados. O controlo estatal dos principais órgãos de comunicação como, a Televisão Pública de Angola, a Rádio Nacional de Angola e o Jornal de Angola — gerou uma predominância informativa que, ainda que não tenha eliminado a existência de iniciativas privadas ou alternativas, limitou a sua capacidade de alcance e de influência no debate público. Na prática, a concentração de recursos, infraestruturas e licenças de emissão sob tutela governamental criou um ecossistema comunicativo desequilibrado, em que o discurso oficial adquiria estatuto de narrativa dominante. Como observa Domingos da Cruz (2012, p. 68), a mídia pública angolana é um dos empecilhos para a democratização do espaço público, na medida em que se consolidou como um aparelho de reprodução ideológica e de controlo de conteúdo, funcionando como elemento estruturante de um modelo comunicacional centralizado e pouco permeável à pluralidade informativa.

Essa análise torna-se ainda mais relevante considerando o papel central da imprensa no processo de deliberação democrática. Habermas (1995, p. 49) sublinha que a esfera pública é a instância geradora de poder legítimo, o que pressupõe um sistema comunicativo livre e inclusivo. Logo, no contexto angolano, a imprensa pública foi moldada pela lógica de centralização e propaganda política, desvirtuando sua função democrática essencial.

A comunicação social em Angola foi estruturada sob o paradigma da centralização institucional. A Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Nacional de Angola (RNA) e o Jornal de Angola, todos sob tutela do Ministério da Comunicação Social, desempenharam um papel central na difusão do discurso governamental e na construção da agenda informativa nacional. Importa, contudo, sublinhar que a natureza estatal desses meios não constitui, por si só, um problema democrático, uma vez que a presença de empresas públicas de comunicação é

prática comum em vários regimes democráticos, incluindo o Brasil e Portugal. A questão fundamental reside na medida em que esses meios coexistem com uma imprensa privada ou alternativa dotada de autonomia editorial e efetiva liberdade de expressão. Em Angola, durante o período em análise, observou-se uma coexistência desigual: embora tenham surgido iniciativas privadas, estas enfrentaram constrangimentos estruturais, económicos e jurídicos que limitaram o seu alcance e a sua capacidade de exercer um contrapoder midiático. O próprio José Eduardo dos Santos, em discurso de 15 de abril de 2011, declarou: "Temos que ser mais ativos [...] para vencermos a batalha da comunicação da verdade" (Dos Santos, 2011 *apud* Cruz, 2012, p. vi). Essa afirmação, ainda que invoque a transparência e o compromisso com a verdade, reflete uma concepção de comunicação centrada na legitimação do poder político e na vigilância discursiva sobre o espaço público.

Os dados recolhidos por Domingos da Cruz (2012, p. 84-94) corroboram a prevalência de uma assimetria comunicacional durante o período eleitoral de 2008. Nesse contexto, 87% do tempo total de antena da TPA e da RNA foram dedicados ao MPLA e ao Governo, enquanto apenas 13% foram distribuídos pelos demais partidos. Além disso, 92% das reportagens apresentavam o Executivo sob uma perspetiva positiva, ao passo que as notícias negativas ou neutras representavam menos de 8% do total. Tais resultados não se afastam, em princípio, do padrão observado em diversas empresas públicas de comunicação em regimes democráticos, onde o Estado assume um papel central na difusão de informação oficial. Contudo, o que singulariza o caso angolano é a reduzida capacidade da imprensa privada ou alternativa de equilibrar essa predominância narrativa, seja por constrangimentos económicos, por pressões políticas indiretas ou pela fragilidade institucional dos mecanismos de regulação midiática. Assim, o desafio democrático não se prende com a existência de uma imprensa estatal, mas com a ausência de condições equitativas que garantam a pluralidade informativa e o livre exercício do contraditório no espaço público.

Robert Dahl (1971) sustenta que a legitimidade democrática depende da existência de uma poliarquia, isto é, de um sistema político no qual diferentes grupos e atores tenham acesso efetivo e equitativo à competição pelo poder. Essa concepção implica que o pluralismo informativo e a livre circulação de ideias são condições estruturantes da democracia. Quando o acesso aos meios de comunicação é desigual e concentrado, como no caso angolano, o processo eleitoral tende a perder a sua natureza competitiva e participativa. A desproporção no tempo de antena e na visibilidade mediática restringe o espaço do contraditório, favorece a hegemonia discursiva e reduz a capacidade de escolha informada dos cidadãos, comprometendo o ideal de pluralidade defendido por Dahl.

A tabela 1 abaixo apresenta uma análise do tempo de Antena na cobertura eleitoral de 2008 que constitui o penúltimo mandato de José E. Dos Santos, e na tabela 2 também se apresenta um dado do período de 2000 para enfatizar a análise comparativa de democracia entres os mandatos anteriores ao período de 2012-2017 em análise.

Tabela 1 - Distribuição do Tempo de Antena na Cobertura Eleitoral (2008)

Entidade	Tempo de Antena na TPA e RNA	Tipo de Cobertura
MPLA / Governo	87%	Majoritariamente positiva
Outros Partidos	13%	Limitada e frequentemente negativa
Total de reportagens positivas sobre o governo	92%	-
Total de reportagens negativas/neutras	8%	-

Fonte: Cruz (2012, p. 84-94), com base em análise empírica do período eleitoral de 2008.

Esta tabela evidencia a predominância do partido no poder (MPLA) nos meios de comunicação estatais durante o período eleitoral. Verifica-se uma clara assimetria na distribuição do tempo de antena: 87% foi atribuído ao partido governante, enquanto apenas 13% foi destinado ao conjunto dos demais partidos. Além disso, a cobertura noticiosa apresentou uma tendência favorável ao Executivo, uma vez que 92% das reportagens relacionadas ao governo tiveram enquadramento positivo.

Assim, os dados indicam que a TPA e a RNA desempenhavam um papel predominantemente orientado para a difusão do discurso oficial e a legitimação do poder político. Mais do que informar, esses meios contribuía para reforçar a autoridade do partido governante e consolidar a narrativa dominante. No entanto, a caracterização do sistema midiático angolano como totalmente monopolizado seria imprecisa, uma vez que existiam iniciativas privadas e alternativas, embora com alcance restrito e capacidade limitada de influenciar a agenda pública. Desse modo, a questão central não reside apenas na presença de

meios de comunicação estatais, mas na assimetria de recursos e de acesso que condiciona a efetividade do pluralismo informativo. Tal cenário contraria um dos princípios estruturantes da democracia, que, segundo Dahl (1971), depende de oportunidades equitativas de participação e de competição entre diferentes atores no espaço público.

Domingos da Cruz (2012) demonstra que o governo de José Eduardo dos Santos utilizou a imprensa pública para criar uma narrativa de estabilidade, desenvolvimento e reconciliação nacional, mascarando a persistência da desigualdade e da repressão política. Essa construção discursiva enquadra-se no que Habermas (1995) denomina colonização do mundo da vida, isto é, a invasão das esferas da comunicação e da cultura por uma racionalidade instrumental orientada pelo poder.

Nesse contexto, a TPA e o Jornal de Angola apresentavam o presidente como símbolo da unidade nacional, associando sua figura à paz e à reconstrução do país. Por outro lado, as vozes críticas eram sistematicamente associadas ao caos e à desordem. Essa estratégia discursiva produziu o que Maia (2008, p. 19) denomina "espaço público assimétrico", no qual o debate é aparente, mas o poder discursivo é concentrado.

A análise crítica de Fiss (2005, p. 144) ajuda a compreender a complexidade desse processo. O autor sustenta que o Estado pode ser tanto inimigo quanto amigo do discurso; em Angola, ele assumiu inequivocamente o primeiro papel. A comunicação estatal não apenas desinformava, mas também criava um sistema simbólico que legitimava a dominação política e inibia o surgimento de uma cidadania crítica.

4.1 A IMPRENSA PRIVADA E A AUTOCENSURA COMO ESTRATÉGIAS DE CONTROLE

Apesar da hegemonia estatal, a década de 2000 assistiu ao surgimento de veículos independentes que desafiaram o monopólio do discurso oficial. Jornais como *Folha 8*, *Angolense* e *Novo Jornal* tornaram-se plataformas de resistência e denúncia. Contudo, a sua difusão era restrita: segundo Cruz (2012, p. 86) estima-se que apenas cerca de 15% da população angolana tivesse acesso regular à imprensa privada durante o período em análise, enquanto os meios públicos, como a TPA e a RNA, alcançavam mais de 90% do território nacional. Esses números, embora aproximados, são consistentes com dados de relatórios da *Freedom House* (2020) e da *Reporters Without Borders* (2021), que destacam a forte presença territorial dos meios estatais e a limitada penetração das iniciativas privadas fora das áreas urbanas. Contudo, a ausência de estudos sistemáticos e de dados oficiais atualizados dificulta

uma quantificação precisa do alcance mediático. Ainda assim, as evidências disponíveis permitem inferir que o principal desafio democrático reside na desigualdade de acesso às fontes de informação e na reduzida capacidade da imprensa privada de competir com a infraestrutura estatal de comunicação.

Borges (2006, p. 6) compara a imprensa a andaimes que sustentam a construção social da democracia. Quando esses andaimes são corroídos pela censura, a estrutura democrática desaba. Assim, mesmo com o surgimento de meios privados, o ambiente político e econômico tornou inviável a consolidação de uma imprensa verdadeiramente livre e autônoma.

Tabela 2 – Acesso da População aos Meios de Comunicação em Angola (década de 2000)

Tipo de Mídia	Percentual de Acesso pela População	Cobertura Territorial
Imprensa Privada (Folha8, Novo Jornal, etc.)	15%	Limitada a centros urbanos
TPA e RNA (mídia estatal)	90%	Mais de 90% do território nacional

Fonte: Cruz (2012, p. 86); Candumbao (2021).

Os dados disponíveis sugerem que existe uma desigualdade significativa no acesso à informação em Angola. Estima-se que cerca de 15% da população tenha acesso regular à imprensa privada — embora este seja um valor indicativo e sujeito a verificação — enquanto os meios públicos como a Televisão Pública de Angola (TPA) e a Rádio Nacional de Angola (RNA) mantêm uma cobertura muito mais alargada do território nacional. Esta disparidade estrutural pode explicar-se por múltiplas causas interligadas: estrutura de transmissão geográfica (as rádios privadas enfrentam restrições para operar repetidores em províncias nas quais não estão sediadas) (Freedom House, 2011).

Outra causa reside nos constrangimentos económicos: muitos meios privados dependem de financiamento reduzido, enfrentam dificuldades de licenciamento e de acesso a publicidade estatal, fatores que limitam o seu alcance (Reporters Without Borders, 2023). Por fim, a regulação midiática e a concessão de licenças de emissão privilegiam os meios públicos ou os que têm ligação ao poder, o que restringe a pluralidade informativa (Human Rights Watch, 2011). Portanto, o problema não é unicamente a existência de imprensa pública, mas sim a

coexistência de meios privados com condições substancialmente mais desfavoráveis, o que compromete o pluralismo informativo e limita a participação plena da sociedade no debate público.

Portanto, a imprensa privada, mesmo existindo, luta para sobreviver e alcançar audiência. Sua limitada penetração é tanto uma causa quanto uma consequência do controle estatal, que também atua via publicidade institucional, Isso gera duas realidades paralelas: uma pequena parcela da população (urbana e mais informada) tem acesso a um debate plural, enquanto a maioria depende única e exclusivamente da versão oficial dos fatos.

A censura direta foi acompanhada de um fenômeno ainda mais insidioso: a autocensura. Jornalistas, conscientes das possíveis represálias, limitavam voluntariamente suas reportagens. Domingos da Cruz (2012, p. 71) cita diversos profissionais que aprenderam a calar para sobreviver. Esse comportamento reflete o que Lima (2010, p. 52) chama de contrato de silêncio imposto pela estrutura de poder, em que o medo substitui a coerção formal.

Nesta feita, a precarização do trabalho jornalístico, a falta de garantias legais e a dependência econômica da comunicação pública reforçaram esse ciclo de subordinação. O Estado, através do controle da publicidade institucional, determinava quais veículos teriam acesso a recursos, perpetuando um sistema clientelista. Como observa Gomes (2008, p.7), a imprensa responsável é aquela que aprofunda a democracia; quando se torna servil, apenas legitima o poder.

No caso angolano, a responsabilidade social do jornalismo foi distorcida em obediência política. Os órgãos públicos apresentavam a versão oficial dos fatos, omitindo dados sensíveis sobre corrupção, abusos policiais e desigualdades sociais. Assim, o direito à informação — essencial à cidadania — foi sistematicamente violado.

4.2 A IMPRENSA COMO APARELHO IDEOLÓGICO E O CONCEITO DE HEGEMONIA E A PERSPECTIVA INTERNACIONAL

A análise de Domingos da Cruz aproxima-se da teoria gramsciana dos aparelhos ideológicos de Estado, segundo a qual a hegemonia política se mantém não apenas pela força, mas pela produção simbólica e cultural. Em Angola, a imprensa estatal cumpriu precisamente esse papel. O autor identifica, inclusive, uma rede formalizada de doutrinação denominada AIMUPN – Aparelhos Ideológicos de Massificação e Uniformização do Pensamento Nacional (Cruz, 2012, p. 12).

Esses mecanismos de uniformização discursiva contribuíram para a construção de uma narrativa política centrada na figura de José Eduardo dos Santos como líder incontestável e símbolo de estabilidade nacional. Essa representação foi amplamente difundida pelos meios públicos, sobretudo pelo *Jornal de Angola*, que frequentemente publicava editoriais e manchetes exaltando o presidente como pai da nação e arquitecto da paz. Um exemplo recorrente podia ser observado nas edições publicadas por ocasião do Dia da Paz e da Reconciliação Nacional, em que o discurso jornalístico apresentava o chefe de Estado como o principal responsável pela pacificação do país e pela reconstrução pós-guerra (Messiant, 2008).

De acordo com o Center for International Media Assistance (2017), esse tipo de enquadramento discursivo constitui uma forma de captura midiática, na qual os meios de comunicação públicos são orientados a reforçar a legitimidade simbólica do poder político. Assim, o discurso midiático funcionava menos como espaço de debate plural e mais como instrumento de consolidação da autoridade presidencial e do controle da narrativa política dominante.

Habermas (1995, p. 90) descreve esse fenômeno como colonização da esfera pública, na qual a comunicação perde sua função deliberativa e se transforma em instrumento de poder. Para Bobbio (1998, p.30), isso representa a negação prática da democracia liberal pois o cidadão deixa de ser sujeito e volta a ser objeto da propaganda estatal.

No contexto internacional, a situação da liberdade de imprensa em Angola também foi amplamente denunciada por organizações internacionais. Segundo o relatório da *Repórteres Sem Fronteiras* (2011), o país ocupava a posição 132 de 179 no ranking mundial de liberdade de imprensa, evidenciando um ambiente hostil ao jornalismo independente. A *Human Rights Watch* e o *Media Institute of Southern Africa (MISA)* também relataram casos de censura e perseguição, destacando que os meios de comunicação públicos atuam como instrumentos de propaganda e não de informação plural (Cruz, 2012, p. 72).

Esses relatórios reforçam a análise de Fiss (2005), que argumenta que a liberdade de expressão não pode depender da boa vontade do Estado, mas de estruturas jurídicas que protejam o discurso contra o poder. Em Angola, tais estruturas existiam apenas no papel. O contraste entre a legalidade constitucional e a prática autoritária mostra o fosso entre o Estado democrático formal e o regime de controle comunicacional efectivo.

Gráfico 1 – Posição de Angola no Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa



Fonte: Repórteres Sem Fronteiras (2011, 2023, 2025); Freedom House (2024).

O gráfico evidencia uma melhoria significativa da posição de Angola no *ranking* de liberdade de imprensa, que passou do 132.º lugar em 2011 para o 100.º em 2025, segundo dados da *Reporters Without Borders* (2025). Essa evolução de 32 posições em 14 anos indica uma tendência de abertura gradual do espaço midiático nacional, associada a reformas institucionais e ao surgimento de novas plataformas digitais de informação. Contudo, apesar desse progresso, o país continua classificado entre os que apresentam restrições consideráveis à liberdade de imprensa, o que demonstra que a consolidação de um ambiente midiático plenamente livre e plural ainda enfrenta desafios estruturais, como a concentração de meios e a dependência econômica dos órgãos privados. Assim, mais do que um quadro estático, esses resultados refletem uma transição em curso, marcada por avanços normativos, mas também por limitações persistentes no exercício efetivo da liberdade de expressão.

A subida no ranking reflete, pequenas melhorias institucionais e uma ligeira abertura no ambiente midiático, especialmente após a transição de poder em 2017. Mesmo em 2025, ao ocupar a 100.ª posição entre 180 países, Angola continua enquadrada entre os contextos midiáticos parcialmente livres.

A melhoria no ranking internacional reflete avanços normativos e institucionais no setor da comunicação social. Contudo, os relatórios de organizações internacionais continuam a apontar fragilidades relacionadas com a autonomia editorial e a concentração de propriedade

mediática, o que demonstra que a consolidação de uma imprensa plenamente livre permanece um desafio.

Dessa forma, a experiência da imprensa angolana durante o governo de José Eduardo dos Santos revela um sistema de comunicação política caracterizado por forte intervenção estatal e limitada autonomia editorial. Embora o regime proclamasse o pluralismo e a liberdade de imprensa, os indicadores disponíveis evidenciam uma concentração significativa dos meios de comunicação sob tutela pública e um desequilíbrio na cobertura noticiosa em períodos eleitorais. Esses elementos sugerem que o funcionamento do setor midiático esteve condicionado por fatores políticos e estruturais que restringiram, em certa medida, o pleno exercício da liberdade informativa.

Os aportes teóricos de Bobbio, Habermas, Mill e Fiss permitem compreender que a liberdade de imprensa é não apenas um direito, mas uma condição da própria democracia. Em Angola, contudo, a imprensa foi usada como mecanismo de legitimação e perpetuação do poder. A ausência de pluralismo e a cultura de autocensura corroem a credibilidade das instituições e impediram o fortalecimento de uma esfera pública livre e participativa.

Superar esse legado exige não apenas reformas legislativas, mas uma mudança cultural profunda: transformar a comunicação social em espaço de crítica, diversidade e prestação de contas. Somente assim Angola poderá cumprir o ideal habermasiano de uma esfera pública onde o poder emane verdadeiramente da deliberação dos cidadãos, e não da propaganda do Estado.

4.3 DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA EM ANGOLA

A relação entre democracia e liberdade de imprensa constitui um dos pilares centrais da consolidação dos regimes democráticos contemporâneos. Em Angola, este binómio assume uma relevância particular, considerando o percurso histórico marcado pela luta de libertação, a guerra civil prolongada e a subsequente centralização do poder político. Desde a proclamação da independência, em 1975, o país tem oscilado entre a promessa de uma democracia plural e a persistência de práticas autoritárias que limitam a plena realização das liberdades fundamentais.

José Jorge Barreiros (2012) destaca que a construção democrática angolana tem sido um processo de avanços e recuos, no qual o Estado procura compatibilizar o discurso da modernidade política com mecanismos tradicionais de controle. Nesse sentido, a imprensa

surge como um espaço de tensão e simultaneamente instrumento de legitimação do poder e veículo potencial de democratização da informação.

A liberdade de imprensa é um indicador essencial da saúde democrática de uma sociedade. Conforme Paulo de Carvalho (2010), a democracia só se torna efetiva quando o cidadão dispõe de meios livres para se expressar, informar e ser informado. No contexto angolano, no entanto, a dependência económica e institucional dos meios de comunicação face ao Estado tem comprometido o pluralismo e a independência jornalística.

A imprensa, ao refletir e moldar a opinião pública, desempenha um papel de espelho político da sociedade (Barreiros, 2012). Assim, o estudo da sua dinâmica é também o estudo das fragilidades democráticas do país.

A democracia, enquanto conceito político e social, vai muito além do simples exercício do voto. Trata-se de um sistema baseado em valores, práticas e instituições que promovem a liberdade, a igualdade e a participação cívica. Segundo Paulo de Carvalho (2010), a democracia não é um ponto de chegada, mas um processo permanente de aperfeiçoamento das relações entre governantes e governados.

Na tradição liberal, a imprensa é vista como o quarto poder, cuja função primordial é fiscalizar o Estado e garantir o direito à informação. Barreiros (2012) sustenta que, em contextos pós-coloniais, como o de Angola, a imprensa adquire ainda uma função educativa, ajudando a formar uma cultura política crítica e participativa. A ausência dessa cultura leva à naturalização da autoridade e à dependência do Estado como fonte única de verdade.

Para compreender o papel da imprensa na democracia angolana, é útil recorrer à teoria da esfera pública desenvolvida por autores como Nancy Fraser (1990) e Peter Dahlgren (2009). Fraser (1990) argumenta que a esfera pública é um espaço de disputa simbólica, onde diferentes grupos sociais procuram expressar e legitimar as suas visões de mundo. Dahlgren (2009) complementa que os media constituem o principal mediador dessa esfera, pois permitem a circulação de ideias, a deliberação pública e a formação da cidadania.

Assim como observa Admire Mare (2023, p. 67), nas democracias africanas emergentes o acesso desigual à informação e o controle governamental dos media limitam o potencial emancipatório da imprensa. Mare acrescenta que, sem independência económica e autonomia institucional, a imprensa torna-se um prolongamento do Estado, em vez de um contrapoder. Essa crítica aplica-se de modo evidente ao contexto angolano, onde a dependência estrutural dos meios de comunicação face ao governo compromete o pluralismo político e reduz o jornalismo a uma função instrumental.

No plano teórico, Hallin e Mancini (2011, p. 19) defendem que os sistemas mediáticos refletem a organização política de cada sociedade. Em regimes de natureza híbrida, como o de Angola³, há uma coexistência entre a retórica democrática e práticas autoritárias de controle da comunicação. Este tipo de estrutura, segundo os autores, produz uma democracia de fachada, onde o discurso da liberdade serve para legitimar mecanismos subtis de censura e autocensura.

Por conseguinte, a concepção de democracia deliberativa proposta por Gutmann e Thompson (2004, p. 88) ajuda também a compreender a importância da imprensa no processo democrático. Para os autores, o debate público aberto e racional é a essência da deliberação democrática, e os media são o seu principal canal de expressão. Sem liberdade de imprensa, não há condições para o contraditório nem para a responsabilização política — elementos indispensáveis a qualquer sistema democrático que se pretenda autêntico.

Em Angola, a imprensa tem sido, simultaneamente, promotora e refém da democracia. Promotora, porque oferece espaço para a expressão de vozes alternativas; refém, porque continua dependente das estruturas políticas e económicas do poder central. Como sintetiza Barreiros (2012, p. 59), a liberdade de imprensa é a medida da maturidade de uma democracia; quando a primeira é frágil, a segunda é meramente formal.

A comunicação social, em qualquer regime democrático, deve funcionar como mediadora entre governantes e governados. Em Angola, porém, a imprensa tem operado frequentemente como extensão do aparelho estatal. Segundo Candumbao (2021, p. 67), a imprensa pública angolana reflete mais a agenda do poder do que as preocupações da sociedade.

O sistema midiático angolano é composto essencialmente por três pilares: a Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Nacional de Angola (RNA) e o Jornal de Angola. Esses órgãos, controlados pelo Estado, monopolizam o espaço informativo e influenciam a percepção pública sobre os assuntos nacionais. Estudos citados por Candumbao (2021, p. 73) indicam que, durante o período eleitoral de 2017, 85% do tempo de antena da TPA foi dedicado à cobertura das actividades do partido no poder. Tal desequilíbrio revela o uso político dos meios de comunicação para a construção de consenso e perpetuação do poder.

³ Em Angola, os dados do V-Dem apontam que o país apresenta valores relativamente baixos em indicadores chave de democracia liberal — por exemplo, o *Liberal Democracy Index* situou-se em 0,173 em 2023, muito abaixo da média global (0,385) (V-Dem Institute, 2025). Estes valores corroboram a classificação do regime angolano como uma forma de governo híbrida ou de autocracia eleitoral, em que coexistem instituições democráticas formais com prática limitada de liberdade de expressão e pluralismo informativo. Assim, a retórica do pluralismo e da liberdade de imprensa convive com um contexto em que as instituições de comunicação social se encontram submetidas a constrangimentos estruturais e políticos. Ver: **V-Dem Institute. (2025). *Varieties of Democracy (V-Dem) Dataset v14***. University of Gothenburg. Disponível em: <https://www.v-dem.net/data/the-v-dem-dataset/>

Deacon e Stanyer (2014, p. 28) explicam que regimes híbridos — isto é, regimes que combinam elementos democráticos e autoritários — tendem a praticar censura seletiva, na qual a liberdade de imprensa é formalmente garantida, mas restringida por mecanismos informais de pressão. Essa característica é observável em Angola, onde os jornalistas enfrentam autocensura devido à dependência económica e ao receio de retaliações políticas.

Além do controle institucional, existe também uma forma simbólica de dominação midiática. Como afirma Livingston (2011, p. 91), o controle da narrativa é o controle do poder. Em Angola, o Estado tem utilizado a imprensa para moldar a memória colectiva e reforçar a ideia de que a estabilidade política depende da continuidade do regime. Esse discurso legitima a limitação do pluralismo e deslegitima as vozes críticas, apresentando-as como ameaças à unidade nacional.

Castells (2009, p. 45) argumenta que o poder na era da informação é exercido sobretudo através da capacidade de definir os fluxos comunicacionais. A imprensa estatal angolana exemplifica esta forma de poder comunicacional, na medida em que estabelece a agenda pública e determina quais temas podem ou não ser discutidos. Ao fazê-lo, o Estado transforma a comunicação em instrumento de hegemonia e domesticação social.

No entanto, o avanço das tecnologias digitais têm introduzido fissuras nesse sistema. Candumbao (2021 p. 88) nota o surgimento de novos espaços de contestação digital, onde cidadãos e jornalistas independentes utilizam as redes sociais para denunciar abusos e ampliar o debate público. Estes espaços, ainda que vulneráveis à repressão, representam uma oportunidade de renovação da esfera pública e de descentralização da informação.

4.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEOS DA LIBERDADE DE IMPRENSA PARA O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO

Apesar dos avanços observados desde a transição política de 2017, quando João Lourenço assumiu a presidência, a liberdade de imprensa em Angola ainda enfrenta obstáculos estruturais. Barreiros (2012, p. 79) recorda que as mudanças políticas só se tornam efetivas quando acompanhadas por uma reforma da mentalidade institucional. Essa observação aplica-se à comunicação social, que continua a operar num ambiente de dependência e autocensura.

Relatórios recentes, mencionados por Candumbao (2021 p. 110), indicam que o país melhorou a sua posição nos índices internacionais de liberdade de imprensa, mas as práticas de controlo persistem de forma subtil, através da limitação de acesso a fontes e da gestão selectiva

da publicidade estatal. A pluralidade informativa é, portanto, relativa: há mais vozes, mas nem todas têm o mesmo alcance nem a mesma protecção jurídica.

Admire Mare (2023, p. 85) analisa o fenómeno da liberdade condicional, no qual o Estado reconhece formalmente os direitos, mas condiciona o seu exercício a critérios de lealdade política. Em Angola, essa liberdade condicional traduz-se na coexistência entre uma imprensa privada ativa e um sistema legal que continua a penalizar severamente o discurso considerado ofensivo ao Estado. O efeito é um jornalismo autocensurado, que evita temas sensíveis como corrupção, nepotismo ou violações de direitos humanos.

Castells (2009, p. 47) adverte que o poder comunicacional moderno não se exerce apenas pela censura explícita, mas pelo controle da visibilidade: quem controla o que é visto, controla o que é pensado. Em Angola, a visibilidade pública é mediada pela capacidade económica e política de acesso aos meios de comunicação. A ausência de uma imprensa regional forte reforça a centralização do discurso e limita o pluralismo territorial.

A desinformação digital é outro desafio emergente. Segundo Mare (2023, p. 89), as redes sociais em África têm sido terreno fértil para a propagação de narrativas manipuladas tanto por atores estatais quanto por grupos políticos.

Em Angola, esse fenómeno agrava-se pela falta de literacia digital e pela ausência de políticas de verificação de informação. A liberdade de expressão, nesse contexto, corre o risco de se transformar em espaço de manipulação e desinformação, minando a credibilidade do jornalismo profissional.

Portanto, a evolução coincide com o final do governo de José Eduardo dos Santos (2012 a 2017) e a subsequente transição para o governo de João Lourenço, refletindo diferentes fases na abertura do espaço mediático.

Para consolidar a democracia e assegurar uma liberdade de imprensa efectiva, Angola precisa de promover reformas estruturais e culturais que fortaleçam tanto as instituições quanto a cidadania.

Barreiros (2012, p. 82) identifica três eixos fundamentais para esse processo: a independência económica da imprensa, a profissionalização dos jornalistas e a criação de um marco regulatório que garanta o pluralismo mediático. Paulo de Carvalho (2010, p. 88) acrescenta que o desenvolvimento democrático exige a descentralização do poder político e a autonomização da sociedade civil. Essas medidas permitiriam que os media locais e comunitários ganhassem relevância, democratizando a produção e o acesso à informação. Candumbao (2021, p. 118) propõe ainda a criação de um fundo público transparente de apoio ao jornalismo independente, como forma de reduzir a dependência da publicidade estatal.

A observação comparativa entre o sistema midiático angolano e o de países posicionados nos primeiros lugares do *World Press Freedom Index* revela diferenças estruturais significativas na forma como a comunicação social se articula com o poder político e econômico. Enquanto Angola permanece classificada entre os contextos de liberdade parcial, países como Noruega e Finlândia ocupam as primeiras posições devido à consolidação de mecanismos institucionais que garantem transparência, pluralismo e autonomia editorial (Reporters Without Borders, 2025).

Nos países nórdicos, a independência dos meios públicos é assegurada por estruturas de regulação autônomas e por mandatos legais que impedem interferências políticas diretas. Além disso, o financiamento estatal é administrado de forma transparente e sujeito a auditoria pública, o que evita a instrumentalização partidária do serviço público. Esses fatores reforçam a credibilidade jornalística e sustentam um ecossistema midiático baseado na confiança social e na diversidade informativa.

Em contraste, o sistema de comunicação social angolano apresenta um elevado grau de concentração institucional e financeira, com forte dependência dos meios públicos — como a Televisão Pública de Angola (TPA) e a Rádio Nacional de Angola (RNA) — e limitada sustentabilidade económica da imprensa privada. Essa configuração fragiliza o pluralismo e torna os órgãos independentes vulneráveis a pressões políticas⁴ e económicas, como salientam Barreiros (2012) e Paulo de Carvalho (2010), ao defenderem a descentralização do poder político e a autonomização da sociedade civil como requisitos para o fortalecimento democrático.

Além das reformas institucionais, é essencial investir na formação de cidadãos críticos e participativos. Dahlgren (2009, p. 112) defende que a educação informativa é o alicerce da democracia contemporânea, pois capacita os cidadãos a distinguir entre informação e propaganda. Em Angola, políticas educativas voltadas para a literacia mediática e digital seriam um passo crucial para romper o ciclo de passividade e manipulação informativa.

Fraser (1990) sugere que o fortalecimento democrático passa pela coexistência de múltiplas esferas públicas — nacionais, regionais e digitais — onde as diferenças possam ser debatidas sem repressão. O incentivo a rádios comunitárias, blogs e projetos jornalísticos independentes poderia ampliar o espaço do contraditório e fomentar a cultura do diálogo.

Mare (2023, p. 93) conclui que a democratização dos media africanos (em particular de Angola) depende da sua capacidade de transformar a comunicação em arena de negociação

⁴ Disponível em: <https://rsf.org/en/country/angola> acesso em: 20 out. 2025.

social, e não em ferramenta de dominação. Essa visão aplica-se diretamente a Angola, onde o desafio consiste em substituir a lógica da propaganda pela lógica da prestação de contas e da responsabilidade pública.

Uma comparação com o caso sul-africano ajuda a compreender as diferenças e os possíveis caminhos de consolidação democrática. A África do Sul apresenta um sistema midiático formalmente plural e protegido por um quadro jurídico robusto, assegurado pela Constituição de 1996, que garante a liberdade de expressão e de imprensa. No entanto, como observa Wasserman (2020, p. 454), **o espaço midiático sul-africano permanece atravessado por desigualdades econômicas e editoriais**, onde grandes conglomerados privados dominam o mercado e condicionam o alcance das vozes periféricas. Assim, mesmo num contexto de maior abertura política, persistem desafios relativos à diversidade de narrativas e ao acesso equitativo à informação.

A comparação revela, portanto, que a **democratização dos media em África** não depende apenas da existência de garantias legais, mas da efetiva capacidade das instituições midiáticas de representar diferentes segmentos da sociedade. Enquanto a África do Sul enfrenta o desafio da concentração privada e da mercantilização do discurso público, Angola lida com os efeitos de uma estrutura midiática fortemente estatizada. Em ambos os casos, o denominador comum é a necessidade de fortalecer o jornalismo independente e promover políticas públicas que assegurem **pluralismo, transparência e accountability** no campo da comunicação social.

Sendo assim, a análise da relação entre democracia e liberdade de imprensa em Angola demonstra que o país continua a viver uma transição inacabada entre o autoritarismo e a plena abertura democrática. As conquistas legais e institucionais são inegáveis, mas o funcionamento efectivo da democracia depende da criação de uma cultura de transparência, pluralismo e participação cidadã.

A imprensa angolana, embora tenha avançado em termos de diversidade, permanece condicionada por dependências estruturais e por um legado autoritário que privilegia a estabilidade sobre o confronto de ideias. Como sintetiza Barreiros (2012, p. 90), a democracia será tanto mais sólida quanto mais livre for a sua imprensa.

O fortalecimento da democracia em Angola requer, portanto, o reconhecimento de que a liberdade de imprensa não é um favor do Estado, mas um direito dos cidadãos. A construção de uma sociedade democrática passa pela existência de meios de comunicação independentes, capazes de representar a diversidade do país e de responsabilizar os governantes perante o público.

Em última instância, a liberdade de imprensa é o espelho da maturidade democrática: revela as virtudes e as contradições do poder, desafia o silêncio e dá voz ao cidadão. Enquanto a comunicação for controlada por poucos, a democracia permanecerá incompleta. Mas à medida que novas vozes se afirmarem nas rádios comunitárias, nas redes digitais e na imprensa independente, Angola aproximar-se-á da realização plena do ideal democrático: um país onde a palavra livre se converta em ação cidadã e justiça social.

4.5 MÍDIAS ESTRANGEIRAS E OS ACORDOS DE DIVULGAÇÃO À ANGOLA

A influência das mídias estrangeiras em Angola está profundamente ligada ao contexto político e institucional do país, refletindo tanto as ambições de internacionalização cultural quanto às limitações estruturais da liberdade de imprensa. O Estado angolano tem historicamente mantido forte controle sobre o sector comunicacional, especialmente através de empresas públicas como a Televisão Pública de Angola (TPA) e a Rádio Nacional de Angola (RNA), que funcionam como braços da comunicação estatal. Nesse ambiente, a presença de mídias estrangeiras como, a RTP África, a BBC, a Xinhua e a Voice of America — ocorre sob rígidos acordos de difusão e cooperação, frequentemente mediada por protocolos governamentais. Esses acordos buscam ampliar o intercâmbio de conteúdos, mas na prática também reproduzem os limites impostos pelo Estado sobre a circulação de informação e opinião pública (Televisão Pública de Angola, 2023; RTP África, 2023).

Portugal, principal parceiro histórico e linguístico de Angola, tem exercido papel relevante na configuração desses acordos de cooperação midiática. A assinatura de protocolos bilaterais entre os ministérios da Comunicação Social de ambos os países, bem como o fortalecimento dos laços entre a RTP e a TPA, exemplificam uma relação que transcende o mero intercâmbio técnico e cultural. Tais iniciativas visam consolidar a presença da língua portuguesa no espaço lusófono e promover o acesso a conteúdos audiovisuais de caráter educativo e cultural. No entanto, especialistas apontam que esses acordos, apesar de promoverem alguma abertura, não têm garantido a plena independência editorial das mídias envolvidas, uma vez que o controle político sobre a comunicação permanece intenso (Governo de Portugal, 2023; AllAfrica, 2023).

Além da influência lusófona, a presença de mídias provenientes de países asiáticos, sobretudo da China, tem se expandido significativamente no território angolano. A agência Xinhua e a emissora CGTN mantêm correspondentes em Luanda e produzem conteúdos voltados para divulgar os projectos de investimento e cooperação entre os dois países. Essa

estratégia se insere no quadro mais amplo da diplomacia midiática chinesa em África, que busca projetar uma imagem de parceria igualitária e desenvolvimento mútuo. Contudo, analistas observam que essa narrativa tende a silenciar questões de transparência, direitos humanos e dependência econômica, criando um desequilíbrio informativo que favorece as agendas políticas dos governos envolvidos⁵.

A legislação angolana sobre imprensa e comunicação social revela-se central para compreender os limites e possibilidades desses acordos. O novo projeto de Lei da Comunicação Social e da Segurança Nacional tem sido alvo de críticas de organizações internacionais como o Committee to Protect Journalists e a Freedom House, por ampliar os poderes do Estado sobre a supervisão e suspensão de atividades jornalísticas, inclusive de meios estrangeiros. A legislação propõe também o aumento da participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação de 30% para 49%, o que, paradoxalmente, abre espaço para maior investimento externo ao mesmo tempo em que reforça o controle interno sobre conteúdos considerados sensíveis à segurança nacional. Assim, o discurso de modernização e integração global é acompanhado por mecanismos que mantêm a vigilância política sobre a informação⁶.

De modo complementar, a *Reporters Without Borders* posicionou Angola na 125.^a posição entre 180 países em 2023, e na 100.^a posição em 2025, representando uma variação de 25 lugares. Embora numericamente expressiva, essa mudança deve ser interpretada com cautela. A subida no ranking não decorre apenas de melhorias internas, mas também da deterioração do desempenho de outros países avaliados e de pequenas oscilações nas pontuações agregadas. A própria RSF (2025) observa que Angola registou avanços na atualização do quadro jurídico da comunicação social e na diversificação de plataformas digitais, mas persistem limitações relacionadas com a concentração de propriedade midiática e episódios de intimidação contra jornalistas.

Assim, a evolução positiva no índice reflete uma tendência de abertura gradual, mas não uma transformação estrutural profunda do ambiente midiático. Como sublinha a *Freedom House* (2024)⁷ as reformas legais ainda carecem de aplicação equitativa, e a dependência financeira dos meios privados continua a comprometer o pluralismo. Tal diagnóstico é corroborado pelo *Afrobarometer* (2023)⁸, segundo o qual 64% dos cidadãos angolanos

⁵ Texto disponível em: [Xinhua Agency News apronta acordo com Edições Novembro | Fórum de Macau](#). Acesso em: 18 out. 2025.

⁶ Disponível em: [CPJ: Angola's proposed national security law threatens press freedom, puts journalists at risk - Committee to Protect Journalists](#). Acesso em: 18 out. 2025.

⁷ Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/angola/freedom-world/2024>. Acesso em: 18 out. 2025.

⁸ Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/angola-summary-results-round-9-survey-2023/>. Acesso em: 18 out. 2025.

defendem que a imprensa deve investigar casos de corrupção, enquanto 43% consideram que os meios de comunicação ainda não são verdadeiramente livres.

Casos recentes confirmam as tensões existentes entre o discurso de cooperação internacional e as práticas restritivas locais. Em 2024, a União dos Jornalistas Angolanos denunciou pressões diretas sobre o portal Camunda News, acusado de violar a Lei da Imprensa por publicar críticas às políticas governamentais. Episódios como esse demonstram que, mesmo quando há formalmente acordos de difusão e parceria com mídias estrangeiras, as instituições locais ainda impõem barreiras políticas e administrativas ao exercício da liberdade de expressão. Essa prática gera um ambiente de insegurança jurídica e profissional, em que a cobertura jornalística depende mais de concessões políticas do que de normas claras de liberdade⁹.

Por outro lado, o jornalismo investigativo angolano tem desempenhado papel fundamental ao romper o cerco informativo, muitas vezes em diálogo com redes estrangeiras. O trabalho de Rafael Marques de Morais, através da plataforma Angola 24 Horas exemplifica como as vozes locais têm ampliado o impacto internacional de denúncias sobre corrupção e violação de direitos humanos. Marques argumenta que a presença de mídias estrangeiras pode ser benéfica apenas se vier acompanhada de um compromisso real com a ética jornalística e com a liberdade editorial. Sua atuação demonstra que a cooperação entre mídia local e internacional não deve ser pautada apenas por acordos econômicos, mas pela defesa de princípios democráticos e pelo fortalecimento da cidadania informada¹⁰.

Em síntese, a relação entre mídias estrangeiras e Angola é marcada por ambivalência: os acordos de divulgação e cooperação internacional oferecem oportunidades de desenvolvimento técnico e integração cultural, mas ocorrem sob um regime midiático ainda centralizado e politicamente sensível. O pluralismo informativo depende, portanto, não apenas de parcerias internacionais, mas de reformas internas que garantam autonomia às redações, transparência nas políticas públicas e respeito à liberdade de expressão. Enquanto esses elementos não se consolidarem, a presença de mídias estrangeiras em Angola continuará sendo um campo de negociação entre o interesse nacional e a busca por visibilidade e legitimidade global (Human Rights Watch, 2025; Marques de Morais, 2022).

⁹ Disponível em: [Sindicato dos Jornalistas Angolanos contra pressão para suspender canal Camundanews - Angola24Horas - Portal de Noticias Online](#). Acesso em: 19 out. 2025.

¹⁰ Disponível em: [Rafael Marques diz que Lei sobre notícias falsas é declaração de guerra - Angola24Horas - Portal de Noticias Online](#). Acesso em: 20 out. 2025.

4.6 IMPACTOS E RESULTADOS DA DIPLOMACIA MIDIÁTICA EM ANGOLA

A diplomacia midiática em Angola tem se revelado um instrumento essencial para a projecção internacional do país, articulando-se directamente com as suas estratégias políticas e económicas. O Estado angolano percebe os meios de comunicação como ferramentas de legitimação política e de promoção da imagem nacional, sobretudo no contexto pós-guerra civil e de reconstrução. A difusão de conteúdos produzidos por mídias estatais e o fortalecimento de parcerias com agências estrangeiras compõem um esforço deliberado de inserir Angola no circuito midiático internacional sob uma narrativa de estabilidade e progresso. Esse movimento faz parte do que Nye (2004) descreve como *soft power*, a capacidade de influenciar através da cultura, da informação e da diplomacia, e tem sido aplicado no contexto africano para reconfigurar percepções internacionais sobre Estados emergentes.

Desta feita, os efeitos dessa diplomacia midiática são visíveis tanto no plano simbólico quanto no plano económico. No plano simbólico, a expansão de parcerias midiáticas reforça a noção de Angola como um actor regional estável e promissor, especialmente nas relações com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A participação activa da TPA e da RNA em fóruns e eventos internacionais, bem como o intercâmbio de conteúdos com a RTP África¹¹, contribuem para consolidar o português como idioma de integração cultural e política.

No plano económico, os acordos de cooperação com mídias estrangeiras têm gerado efeitos mistos. De um lado, ampliam o acesso a tecnologias de transmissão, formação de jornalistas e financiamento externo, fortalecendo a infraestrutura mediática local.

A diplomacia midiática angolana, portanto, tem reforçado uma estratégia de visibilidade internacional fortemente centralizada. As campanhas governamentais, a participação em fóruns multilaterais de comunicação e as parcerias institucionais buscam apresentar Angola como um exemplo de sucesso económico e estabilidade política.

Essa narrativa, amplificada por mídias estrangeiras e locais, é um componente importante da política externa do país. No entanto, conforme observa Rafael Marques de Morais (2022), essa diplomacia informativa raramente reflete o pluralismo interno ou a diversidade de perspectivas¹² existentes na sociedade angolana. Ao privilegiar conteúdos oficiais e institucionais, o Estado reproduz um modelo de comunicação vertical, no qual a imprensa serve

¹¹ Disponível em: [A RTP Internacional e a RTP África no reforço da língua portuguesa - Observatório da Língua Portuguesa](#). Acesso em: 19 out. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/angolans-vote-most-closely-fought-election-incumbent-favoured-2022-08-24/>. Acesso em: 22 out. 2025.

como instrumento de política externa e não como mediadora entre governo e cidadãos (Marques de Moraes, 2022; Maka Angola, 2023).

Do ponto de vista social, os impactos da diplomacia midiática também se fazem sentir na construção da opinião pública e na percepção internacional de Angola. A cobertura favorável em veículos estrangeiros durante eventos de grande visibilidade como as eleições, os investimentos em infraestrutura ou as parcerias energéticas, contribui para consolidar uma imagem positiva do país. Embora a Reuters aponte o domínio do MPLA, o foco da cobertura na "disputa acirrada" e na "previsão de vitória do titular" projecta uma imagem de **normalidade democrática e competição política**. Para um leitor internacional, esta narrativa reforça a ideia de um país estável, em processo democrático consolidado, minimizando as tensões e alegações de fraude que poderiam manchar a sua imagem.

Portanto, relatórios da Freedom House (2024) e da Reporters Without Borders (2025) destacam que essa imagem externa raramente corresponde à realidade interna, marcada por limitações na liberdade de imprensa, autocensura e concentração da propriedade dos meios de comunicação. A diplomacia midiática, ao projectar um discurso optimista, pode encobrir as contradições sociais e políticas internas, criando um descompasso entre o retrato internacional e o cotidiano dos jornalistas e cidadãos angolanos (Freedom House, 2024; Reporters Without Borders, 2025).

Além disso, os resultados concretos da diplomacia midiática em Angola são afetados pelas práticas de censura e pelas restrições à atuação da imprensa independente. Casos como o do portal *Camunda News* e de programas suspensos por críticas a autoridades públicas demonstram que a gestão política da comunicação continua presente¹³. Essas ações comprometem a credibilidade internacional do país, pois colocam em contradição o discurso oficial de abertura e a realidade de repressão seletiva.

A União dos Jornalistas Angolanos tem denunciado reiteradamente essas práticas, classificando-as como atentados à liberdade de imprensa e obstáculos à cooperação transparente com parceiros estrangeiros.¹⁴

No campo diplomático, a utilização da mídia como instrumento de influência também tem implicações regionais. A actuação de Angola em organismos como a SADC e a CPLP inclui a promoção de políticas de comunicação comuns, destinadas a projectar uma imagem de

¹³ Disponível em: [AJPD quer que Governo angolano diga fundamentos legais que impedem Camunda News de informar | Hold On Angola](#). Acesso em: 22 out. 2025.

¹⁴ Disponível em: [Governo e jornalistas angolanos em desacordo sobre a liberdade de imprensa](#). Acesso em: 22 out. 2025.

África como continente emergente e dinâmico. Contudo, essa diplomacia regional frequentemente espelha as estruturas hierárquicas internas: poucos centros urbanos e elites políticas dominam a produção e circulação da informação, enquanto vozes periféricas permanecem invisibilizadas. Essa assimetria sugere que o êxito da diplomacia midiática angolana depende menos de sua expansão institucional e mais de sua capacidade de democratizar os fluxos de informação e representar a diversidade social e cultural do país (Melo, 2023; Human Rights Watch, 2025).

Embora ambíguo, a imprensa teve um papel significativo na cooperação internacional do governo de José Eduardo dos Santos. Por um lado, a comunicação oficial e meios pró-governo funcionaram como instrumento de diplomacia pública, divulgando agendas de cooperação, visitas de Estado, acordos petrolíferos e iniciativas de ajuda que facilitaram negociações e atraíram parceiros, sobretudo na CPLP e no espaço lusófono.¹⁵

Por outro lado, a cobertura crítica (e a atenção da imprensa estrangeira compilada por organismos como a DW) expôs problemas de direitos humanos, corrupção e falta de transparência, pressionando atores internacionais, ONGs, parlamentos estrangeiros e alguns governos a condicionar cooperação ou a exigir salvaguardas. Essa dupla dinâmica incrementou tanto cooperação pragmática (económica, energética) quanto cautela política por parte de parceiros.¹⁶

A imprensa portuguesa e brasileira também amplificou mensagens presidenciais e entrevistas que Lisboa e Brasília utilizaram como base política para aprofundar laços bilaterais, contribuindo para acordos técnicos e investimentos. Ao mesmo tempo, reportagens sobre gestão estatal e relações empresariais privadas (ex.: cobertura sobre Sonangol e elites) criaram vetos e condicionantes em fóruns internacionais.¹⁷

A imprensa funcionou como vetor de legitimação externa e como mecanismo de responsabilização: promoveu cooperação material quando alinhada com interesses estatais e comerciais, e gerou contenção diplomática quando realçou riscos políticos e de governança. A influência, portanto, foi mediada pelo tipo de meio (oficial vs. crítico) e pelo público-alvo internacional.¹⁸

¹⁵ Disponível em : <https://www.jornaldeangola.ao/noticias/1/pol%C3%ADtica/648990/jos%C3%A9-eduardo-dos-santos-distinguido--pelo-contributo-%C3%A0-diplomacia-angolana?> Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁶ [15] Texto disponível em : <https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/imprensa-internacional-sobre-angola-2004-4.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁷ Disponível em : <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/eduardo-dos-santos-destaca-importancia-da-cooperacao-internacional.html?> Acesso em: 1 nov. 2025.

¹⁸ Disponível em <https://www.jornaldeangola.ao/noticias/1/pol%C3%ADtica/648990/jos%C3%A9-eduardo-dos-santos-distinguido--pelo-contributo-%C3%A0-diplomacia-angolana?> Acesso em: 1 nov. 2025.

Em síntese, a diplomacia midiática angolana produziu avanços notáveis em termos de visibilidade internacional, modernização técnica e integração regional, mas seus resultados permanecem condicionados pela estrutura política e pelo controle estatal da informação. A mídia, ao ser instrumentalizada como veículo diplomático, adquire função simbólica e estratégica, mas perde parte de sua função crítica e cidadã. Para que os impactos dessa diplomacia se tornem sustentáveis, será necessário repensar o modelo comunicativo vigente, promovendo maior transparência, autonomia editorial e inclusão de vozes independentes. Somente assim Angola poderá transformar sua presença midiática internacional em verdadeira expressão de maturidade democrática e cultural (Marques de Moraes, 2022; Freedom House, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diplomacia Angolana, saiu de uma diplomacia de guerra para uma diplomacia de desenvolvimento social, político e econômico. Angola investia na cooperação sul-sul e também com a Europa, Brasil e Rússia; com um alto empenho a nível da SADC. O país, por sua vez, procurou transparecer comprometimento com a reconstrução nacional. A imprensa pública noticiou principalmente, eventos diplomáticos, cimeiras, visitas de Estado e a assinaturas de acordos com o objetivo de projetar um país estável.

Até então o período de 2012 a 20217 o sistema político angolano era regido pela constituição de 2010, em que fornecia por lei a liberdade de imprensa e expressão a todos os cidadãos, e ao Estado angolano como democrático. A presença da imprensa estatal, privada e mista, segundo o primeiro quadro no capítulo I, é um exemplo claro de democracia. Porém essa democracia apresentava diversas lacunas. A imprensa estatal não exercia o seu papel de fiscalizadora do Estado, mas sim de propaganda ao Estado, já a imprensa privada enfrentava diversas restrições para operar, o que compromete o pluralismo informativo e limita a participação plena da sociedade no debate público. Tal como defende Robert Dahl, a democracia absoluta como sendo utópica, podendo um Estado ser poliárquico com arranjos institucionais, isto é, a democracia um processo de buscas e reformas contínuas.

A opinião pública como uns dos elementos do tabuleiro doméstico, mencionado por Putnam, a imprensa desempenha um papel crucial na formação da opinião pública sobre questões internacionais de modo a fazer pressão interna. uma opinião pública formada e ativa pode influenciar as decisões diplomáticas, embora seja delicado enquadrar essa teorização no contexto Angolano com dados que apresentam baixo nível de liberdade de expressão e de imprensa.

A imprensa estrangeira divulgava não só os avanços de Angola mas também as problemas políticos do país, DW, BBC Afrique, entre outros. que de forma positiva e negativa influenciou direta ou indiretamente na diplomacia angolana. contudo, a imprensa estatal como a TPA com alcance internacional foram o maior meio que o governo utilizou na legitimação e construção da sua imagem a nível nacional e internacional.

Em suma, trouxe-se a abordagem da problematização da estrutura interna do país para identificar os difíceis que estão relacionados à diplomacia midiática e que de forma direta descredibilizam o exercício dessa ação diplomática.

REFERÊNCIAS

- ÁFRICA PRESS. Press law expands foreign capital in the media. Luanda, 2024.
- AFROBAROMETER. Attitudes towards media freedom and democracy in Angola. Afrobarometer Dispatch No. 655, 2023.
- ALL ÁFRICA. Angola and Portugal strengthen media cooperation agreements. 2023.
- ALVES, Ana Cristina. **The Oil Factor in Sino-Angolan Relations at the Start of the 21st Century**. South African Journal of International Affairs, v. 17, n. 1, p. 65–85, 2010.
- ALVES, Maria da Conceição. **Política externa e diplomacia econômica em Angola após-2017**. Lisboa: ISCSP, 2020.
- ANGOLA. Comissão Nacional Eleitoral. Eleições Gerais de 2012 - Resultados. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_de_Angola_de_2012. Acesso em: 24 maio 2025.
- ANGOLA. Comissão Nacional Eleitoral. Eleições Gerais de 2017 - Resultados. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_de_Angola_de_2017. Acesso em: 24 maio 2025.
- ANGOLA. Constituição da República de Angola. Luanda: Diário da República, 2010.
- BARREIROS, João José. **Comunicação e democracia em Angola: desafios da liberdade de imprensa. Luanda**: Universidade Católica de Angola, 2012.
- BAUM, M. A.; POTTER, P. B. K. **The Foundations of Public Opinion and Foreign Policy in Authoritarian Regimes**. World Politics, v. 60, n. 1, p. 24–57, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das instituições**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria da democracia**. Brasília: Editora UnB, 1987.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- BORGES, Cláudio Paiva. **A imprensa como espaço público de construção da democracia**. Revista de Comunicação e Política, v. 12, n. 2, p. 1–10, 2006.

CANDUMBAO, José Francisco Pedro. **Media e espaço público em Angola: limites e possibilidades democráticas**. Luanda: Edições Mayamba, 2021.

CARDOSO, Sérgio. **Angola e o sistema internacional: política externa e construção do Estado**. Luanda: Mayamba, 2013.

CAROTHERS, T. **Democracy Policy under Obama: Revitalization or Retreat?** Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2013.

CARVALHO, Paulo de. **Democracia e participação política em Angola**. Luanda: Edições Mulemba, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CHABAL, Patrick. **África e o Estado Pós-Colonial: desafios de governança e legitimidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

CHABAL, Patrick. **África: a política da sobrevivência**. Lisboa: Vega, 2016.

COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. **Angola's proposed National Security Law threatens press freedom**. Nova Iorque, 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética, direito e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CRUZ, Domingos José Jardo da. **A liberdade de imprensa em Angola: obstáculos e desafios no processo de democratização**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade do Minho, Braga, 2012.

DAHL, Robert A. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHLGREN, Peter. **Media and political engagement: citizens, communication, and democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DEACON, David; STANYER, James. **Mediated politics and democracy in the digital age**. London: Routledge, 2014.

DIAMOND, L. **The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World**. New York: Henry Holt, 2008.

FERREIRA, M. A. **A Política de Cooperação da União Europeia com Angola: Entre interesses e valores**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 61, n. 2, 2018.

FISS, Owen M. **A ironia da liberdade de expressão: o Estado como amigo do discurso**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FONDEVILA, Gustavo. **Mídia e democracia: entre o controle e a liberdade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

FONSECA, Paulo. **Diplomacia e desenvolvimento em África: o caso de Angola na era Lourenço**. Luanda: Edições Mulemba, 2023.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56–80, 1990.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World: Angola*. Washington, D.C., 2024. Disponível em: <https://freedomhouse.org>. Acesso em: 14 mai. 2025.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Protocolos de cooperação mediática Portugal–Angola**. Lisboa, 2023.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Why deliberative democracy?** Princeton: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems beyond the Western world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HERMAN, Wasserman. **The state of South African media: A space to contest democracy**. *Publizistik*.(2020).

HODGES, Tony. **Angola: anatomy of an oil state**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola: Political Repression and Media Control**. Nova Iorque: HRW, 2011.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025: Angola**. Nova Iorque: HRW, 2025.

KRICKOVIC, A. **When Interdependence Produces Conflict: EU–Russia Energy Relations as a Security Dilemma**. *Contemporary Security Policy*, v. 36, n. 1, p. 3–26, 2015.

LEVITSKY, S.; WAY, L. **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LIMA, A. Rafael Marques, **liberdade de imprensa e a imagem de Angola no exterior**. *Revista Lusófona de Ciência Política*, v. 7, n. 2, 2019.

LIMA, André. **Reformas e inserção internacional de Angola no governo João Lourenço**. *Revista Africana de Estudos Internacionais*, Luanda, v. 4, n. 2, p. 55-73, 2021.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão versus liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2010.

- LIVINGSTON, Steven. **Africa's information revolution and hybrid regimes**. Johannesburg: Wits University Press, 2011.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Mídia e deliberação**. São Paulo: Paulus, 2008.
- MAKA ANGOLA. **Relatórios de investigação sobre imprensa e liberdade em Angola**. Luanda, 2023.
- MALAQUIAS, Assis. **Rebels and Robbers: Violence in Post-Colonial Angola**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007.
- MARE, Admire. **Media, democracy and digital publics in Africa**. Johannesburg: Wits University Press, 2023.
- MARQUES DE MORAIS, Rafael. **A sociedade civil e o jornalismo investigativo em Angola**. Luanda: Maka Angola, 2022.
- MARQUES, R. **Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- MELO, António. **Comunicação e políticas regionais na África Austral**. Luanda: Universidade Agostinho Neto, 2023.
- MESSIANT, Christine. **L'Angola postcolonial: guerre et paix sans démocratisation**. Paris: Karthala, 2008.
- MESSIANT, Christine; SANTOS, Eduardo. **Santos regime and the construction of hegemony in Robert, Dahl. Democracy and its critics**. New Haven, CT: Yale University Press. (1989). Angola. African Affairs, (2008)
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NETO, José. **A ética e o poder: corrupção e diplomacia na Angola contemporânea**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2021.
- NETO, José. **A política externa de Angola no contexto pós-guerra**. Luanda: CEIC/Universidade Católica de Angola, 2016.
- NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.
- NYE, Joseph S. **The Powers to Lead**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- SNOW, Nancy. **Public Diplomacy and Propaganda: Rethinking Diplomacy in the Age of Persuasion**. In: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip (org.). **Routledge Handbook of Public Diplomacy**. New York: Routledge, 2009. p. 56-68.
- PEREIRA, F. **A Influência da Imagem Internacional sobre a Política Externa Angolana**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Lisboa, 2016.

PEREIRA, Nilo. **Imprensa e democracia. Síntese:** Revista de Filosofia, v. 3, n. 12, p. 12-26, 1961.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Índice de Liberdade de Imprensa 2017. Disponível em: https://rsf.org(https://rsf.org). Acesso em: 14 mai. 2025.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. World Press Freedom Index 2011. Paris: RSF, 2011.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. World Press Freedom Index 2025. Paris: RSF, 2025.

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL. Constitution of the Republic of South Africa. Pretoria: Government printer. (1996).

REUTERS. China-Angola media relations and investment coverage. Londres, 2024.

ROCHA, J. **Angola e China: Parceria Estratégica ou Dependência Financeira? Política Internacional**, v. 55, n. 3, p. 78–95, 2014.

RTP ÁFRICA. Relações de cooperação lusófona no setor da comunicação. Lisboa, 2023.
Santos, Cláudia. **Governança, economia e diplomacia em Angola: desafios da nova era política.** Revista de Estudos Africanos, Lisboa, v. 12, n. 3, p. 27-44, 2022.

SANTOS, E. **A Comunicação Política em Angola: Estratégias do MPLA durante o governo de José Eduardo dos Santos.** Revista Comunicação & Sociedade, v. 33, n. 1, p. 101–120, 2011.

SINDICATO DOS JORNALISTAS ANGOLANOS. Denúncia sobre pressões contra o portal Camunda News. Luanda, 2024.

SOUSA, H. **A Representação da China na Imprensa Angolana.** In: SIMÕES, A.; GOMES, R. (orgs.). *Media e Poder na África Lusófona.* Coimbra: Minerva, 2013.

TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA. Relatório de atividades e cooperação internacional. Luanda, 2023.

Texto disponível em: A RTP Internacional e a RTP África no reforço da língua portuguesa - Observatório da Língua Portuguesa. Acesso em: 19 out. 2025.

Texto disponível em: AJPD quer que Governo angolano diga fundamentos legais que impedem Camunda News de informar | Hold On Angola. Acesso em: 22 out. 2025.

Disponível em: Governo e jornalistas angolanos em desacordo sobre a liberdade de imprensa. Acesso em: 22 out. 2025.

Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/publication/angola-summary-resultsround-9-survey-2023>. Acesso em: 18 out. 2025.

Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/angolans-vote-most-closelyfought-election-incumbent-favoured-2022-08-24>. Acesso em: 22 out. 2025.

Texto disponível em: Rafael Marques diz que Lei sobre notícias falsas é declaração de guerra Angola 24 Horas - Portal de Notícias Online. Acesso em 20 de Outubro de 2025. Texto disponível em: Sindicato dos Jornalistas Angolanos contra pressão para suspender canal Camundanews - Angola24Horas - Portal de Notícias Online. Acesso em: 19 out. 2025.

Disponível em: <https://www.msn.com/pt-pt/noticias/africa/rafael-marques-lei-sobre-informa%C3%A7%C3%B5es-falsas-%C3%A9-declara%C3%A7%C3%A3o-de-guerra/ar-AA1D14CY?apiversion=v2&noservercache=1&domshim=1&renderwebcomponents=1&wco=1&batchservetelemetry=1&noservetelemetry=1>. Acesso em: 19 out. 2025.

TVEDTEN, Inge. Angola: elite power and persistence of inequality Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Missão de Observação Eleitoral – Relatório Final das Eleições Gerais de Angola 2008. Bruxelas: Comissão Europeia, 2009.

VIEIRA, António. **Angola e a integração regional africana: desafios e perspectivas na era Lourenço**. Luanda: Edições Mayamba, 2022.

VIEIRA, António. **Angola e a integração regional africana: desafios e perspectivas**. Luanda: Edições Mulemba, 2019.

XINHUA NEWS AGENCY. **China-Angola cooperation in media and communication**. Pequim, 2024.

Disponível em: <https://rsf.org/en/country/angola>. Acesso em: 20 out. 2025.

Disponível em: <https://www.cima.ned.org/publication/service-of-power>. Acesso em: 20 out. 2025.

Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/manuel-rabelais-condenado-a-14-anos-e-seis-meses-de-pris>. Acesso em: 21 out. 2025.

Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/manuel-rabelais-condenado-a-14-anos-e-seis-meses-de-pris>. Acesso em: 21 maio 2025.

Disponível em: <https://rsf.org/en/country/angola>. Acesso em: 20 out. 2025.